

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

**RAPHAEL PEIXOTO DA ROCHA**

DA DOAÇÃO À INCORPORAÇÃO EM OUTRO ACERVO: UMA ANÁLISE DA  
POLÍTICA DE DOAÇÕES NAS BIBLIOTECAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro

2016

RAPHAEL PEIXOTO DA ROCHA

**DA DOAÇÃO À INCORPORAÇÃO EM OUTRO ACERVO: UMA ANÁLISE DA  
POLÍTICA DE DOAÇÕES NAS BIBLIOTECAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de  
Unidades de Informação da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro, como requisito  
parcial à obtenção do título de bacharel em  
Biblioteconomia.

Orientadora: Professora M. e. Marianna Zattar

Coorientadora: Bibliotecária M. e. Érica Resende

Rio de Janeiro

2016

R582d Rocha, Raphael Peixoto da.

Da doação à incorporação em outro acervo: uma análise da política de doações nas bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. /Raphael Peixoto da Rocha. Rio de Janeiro, 2016.

85f.

Orientadora: Professora Mestre Marianna Zattar.

Coorientadora: Bibliotecária Mestre Érica Resende.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) –  
Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. Desenvolvimento de coleções. 2. Doações. 3. Avaliação. 4. Política de doação. 5. Bibliotecas universitárias. 6. Universidade Federal do Rio de Janeiro. I. Zattar, Marianna. II. Resende, Érica dos Santos. III. Título.

CDD: 025.218778153

RAPHAEL PEIXOTO DA ROCHA

**DA DOAÇÃO À INCORPORAÇÃO EM OUTRO ACERVO: UMA ANÁLISE DA  
POLÍTICA DE DOAÇÕES NAS BIBLIOTECAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de  
Unidades de Informação da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro, como requisito  
parcial à obtenção do título de bacharel em  
Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2016.

---

Professor Doutor Eduardo da Silva Alentejo  
Escola de Biblioteconomia  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Professora Doutora Ana Senna  
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Bibliotecária Mestre Érica Resende (Coorientadora)  
Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Professora Mestre Marianna Zattar (Orientadora)  
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A todos que vieram antes de mim, sem os quais este trabalho seria inviável. Seus esforços em produzir informação e transmiti-la tornou possível alicerçar e tornar este real. Sempre busco o novo, porém sem esquecer o que passou. Se hoje posso voar e ter sonhos audaciosos foi, justamente, por que vocês me deram asas.

## AGRADECIMENTOS

Um filme passa em minha mente neste momento. Em pouco mais de quatro anos, diversas foram as experiências, vivências, discussões, e aprendizado introjetado em meu ser durante a realização desta graduação. Como em uma estação de trem, diversas pessoas passaram, chegaram pra ficar ou foram sem retorno, porém cada uma delas ajudou na construção do que sou hoje e, principalmente, do que me torno com a conclusão desta graduação: bibliotecário.

Não há como passar por este momento sem me recordar de todos que assim contribuíram. De certo, é uma missão um tanto quanto ingrata tentar rememorar todas, pois sempre passa um ou outro. Infelizmente, já não possuo mais o frescor da memória de meus idos 12, 15 anos, e a mente já me prega peças. Mesmo assim, tentarei contemplá-los:

A Deus, que sempre me protegeu e guiou nos caminhos da vida, e com este não foi diferente. Ao Cristo que por meio de sua misericórdia infinita possibilitou este momento. Ao Espírito Santo que me inspirou e me emprestou seus dons, tão necessários nesta caminhada. À virgem Maria, Mãe de Deus, que sendo senhora do perpétuo socorro socorreu-me nos momentos de angústia e aflição. Ao São Bento que não permitiu os conselhos vãos do maligno dando a ele próprio o seu veneno; Ao São Francisco de Assis, modelo de santidade e pureza, que me auxilia na busca e promoção da paz no meu dia-a-dia.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição de ensino superior que jamais, durante minha adolescência imaginei pertencer. Os objetivos e pensamentos que detinha eram outros e a vida se encarregou de me conduzir a ti. Como uma grande mãe me acolheu como acolhera a milhares de outros filhos que por aqui passaram e passarão. Aqui tive lições importantes de cidadania e luta por direitos. Aprendi a colocar minha voz, não sendo apenas mais um, mas como um sujeito importante que, somado a tantos outros, constrói a cada dia uma nova página na história desta instituição. Como uma grande família possui seus conflitos e problemas, a instituição não é diferente, e é muito bom que assim o seja, visto que isto a fará crescer ainda mais e se tornar maior do que já é. Conseguindo a cada dia aprender com seus erros, tens um caminho grandioso a seguir.

Ao curso de Biblioteconomia e Gestão de unidades de Informação, desconhecido por mim e por tantos outros até meu ingresso, mas extremamente apaixonante para quem se permite conhecê-lo. Nele aprendi que ser bibliotecário é muito mais que “pegar aquele livro de capa vermelha” ou “colocar livros na estante” (frases que me causam raiva ao ouvir hoje). Aprendi que trabalhar com informação, seja ela qual for e em qual suporte for, é mais que um

privilégio: é uma missão. É contraditório que, em plena dita sociedade da informação, se perceba a carência da informação de qualidade. A sociedade está ávida por informação e, infelizmente consome qualquer uma. A manipulação da informação vista pela mídia é algo que busca levar a sociedade para os caminhos que uma minoria que está no poder quer. Como bibliotecário, a missão que o curso me deixa é servir a sociedade com respeito e amor, oferecendo informação de qualidade e auxiliando no desenvolvimento pessoal de cada indivíduo que por eu passar, contribuindo para a competência em informação da sociedade, isto é, possibilitar as noções críticas dos indivíduos a ponto de saberem que informação necessitam consumir e como buscarem esta informação para o próprio desenvolvimento. Além disso, contribuir a cada dia com o crescimento e aperfeiçoamento da Biblioteconomia. Tais missões que assumo hoje levarei comigo até o fim dos meus dias.

À Professora Doutora Mariza Russo, por desde a formulação do curso, durante o período que o coordenou, sempre lutou com afincos para o desenvolvimento do mesmo e reconhecimento no cenário nacional, frente aos diversos cursos de Biblioteconomia já existentes. De forma divertida, leve e bem-humorada recebeu a cada aluno e apresentou o curso. Quando solicitada, sempre buscou solucionar os problemas acadêmicos e intermediar de forma coerente os assuntos da instituição com o curso, bem como com os alunos.

Às professoras Doutoras Maria José Santos e Nysia Sá, atuais coordenadora e vice-coordenadora do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, que tem trabalhando incessantemente na ampliação e melhoria do curso. Buscando sempre ouvir e atender as solicitações dos alunos, sempre se mostraram pessoas simples e acessíveis a qualquer momento, trazendo assim a tranquilidade necessária e confiança dos alunos para com a coordenação.

Aos professores do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação que, cada um a seu modo, buscaram transmitir o máximo de informação para cada um de seus alunos. Sem perderem sua essência pessoal, me ensinaram técnicas e métodos para exercer de forma eficiente, ética e coerente a profissão de bibliotecário. Transmitiram-me em seus olhares, vozes e exposições seu amor pela Biblioteconomia e a função social que desempenham. A “boca fala apenas aquilo que o coração está cheio”. Não foram palavras e teorias vazias que me apresentaram: mostraram-me por meio das aulas de vocês a verdade em que acreditam e me fizeram amar tudo isso desde o primeiro encontro.

Aos colegas de Turma que, ao longo destes mais de quatro anos foram mais que colegas: foram companheiros de jornada. Rimos juntos, nos estressamos juntos, resmungamos juntos, corremos atrás daquilo que queríamos e conquistamos muitas coisas juntos. Cada um,

a seu modo particular, também somaram para que, a pessoa que sou hoje pudesse existir. Obrigado pelos trabalhos em grupo, pelos auxílios na retirada de dúvidas e, principalmente, por aguentarem passar esse tempo ao meu lado. Isso não é uma missão fácil.

À professora Doutora Ana Senna, pelo pronto atendimento e gentileza de aceitar compor a banca de apresentação deste trabalho. Sempre autêntica, sincera e verdadeira em suas aulas, sendo uma pessoa agradável e de fácil acesso. Neste momento não foi diferente.

Ao professor Doutor Eduardo da Silva Alentejo, por também prontamente atender a solicitação de compor a banca deste trabalho. Embora não o conhecesse pessoalmente, mas sabido de seus trabalhos e reconhecimento na área, e indicado por minha orientadora, ousamos em chama-lo para este momento, a fim de ampliar os acréscimos e contribuição que poderiam ser feitas a este trabalho de forma direta e, de forma indireta, ao meu crescimento em conhecimento e como pesquisador. Obrigado por se fazer acessível.

A bibliotecária Mestre Érica Resende, pela coorientação neste trabalho, sendo sempre ativa no auxílio da busca de referências e texto para a tessitura do mesmo e solução de dúvidas. Carismática, esteve sempre que possível acessível a qualquer hora para me ajudar. Fez-me perceber a importância de se ter uma Coorientadora.

À professora Mestre Marianna Zattar, que em pouco mais de um ano de orientação mudou completamente minha visão sobre a mesma. Eu que sempre a vi com certa distância, natural na relação professor-aluno, se mostrou mais que uma orientadora: apresentou-me uma Marianna, solícita, participante, amiga, que dividiu o “peso da cruz” comigo. Fez-me recobrar o gosto pela carreira acadêmica. Ensinou-me que escrever não deve ser um martírio (embora o tenha sido em alguns momentos por pressões psicológicas que eu mesmo me impus), mas algo prazeroso. Fez-me querer ir mais longe e sonhar (por que não?) com este trabalho alcançando voos mais audaciosos. Mostrou-me que sim, que podia confiar nela, que iria me cobrar bastante, mas que no fim tudo daria certo. Foi humana, acima de tudo, entendendo minhas mazelas e problemas pessoais, partilhados no transcorrer deste pouco mais de um ano. Gostaria de ter mais palavras para agradecer todo o carinho, atenção e cuidado com o trabalho que desenvolvemos neste período, porém não conheço termo melhor para expressar tudo isto do que um sincero muito obrigado!

A minha mãe, Olga Lucia Peixoto da Rocha, mulher guerreira, que, tendo perdido o marido ainda jovem, do alto de seus pouco mais de 32 anos jamais esmoreceu. Deu-me toda a base amorosa, entendimento de vida, respeito ao próximo, e sabedoria para discernir entre as coisas boas e ruins na vida. Mulher simples, humilde, mas com um coração gigantesco. Como um pelicano que bica a si próprio para dar da própria carne a seus filhotes, ela foi e é capaz de



se mutilar por seus filhos. Se hoje realizo este momento, foi porque não me deixaste faltar nada de vital no corrente da vida.

A Marcelle Peixoto da Rocha, minha irmã. O fato de querer participar com você do momento de vestibular, mais do que gerar um apoio, me fez renascer e descobrir em mim uma nova paixão: a Biblioteconomia.

A Isabelle Carvalho, egressa do curso de biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, que por meio de uma conversa informal antes de uma aula de dança me apresentou o que era a Biblioteconomia, até então desconhecida por mim. Aquela conversa numa segunda à noite em Nova Iguaçu mudou pra sempre a minha vida.

Por fim, porém não menos importante visto que deixamos sempre o que é mais valioso para o final. Gostaria de Agradecer a Elisabete da Silva Vasconcellos, minha noiva com quem divido a vida há pouco mais de quatro anos. Acompanhou todo o processo, desde a escolha e ingresso no curso até este momento. Sempre firme, me segurou nos momentos de fraqueza durante o curso. Sempre amiga, me incentivou em cada momento. Viveu, correu, sorriu, chorou, se emocionou ao meu lado com cada passo e vitória nesta trajetória. Assim como na vida acadêmica, projetamos voos maiores para a nossa vida. Passos mais sólidos. Espero sempre te ter ao meu lado, pois sem ti tenho certeza que esta caminhada seria fria e vazia. Você é uma grande mulher digna de todas as honras. Doar-te todo amor que tenho é pouco visto tudo que representa e doas pra mim.

A todos acima mencionados fica minha eterna gratidão por tudo que fizeram em minha vida.

Senhor! Fazei-me um instrumento da vossa paz: onde houver ódio, que eu leve o amor; onde houver ofensa, que eu leve o perdão; onde houver discórdia, que eu leve a união; onde houver dúvidas, que eu leve a fé; onde houver erro, que eu leve a verdade; onde houver desespero, que eu leve a esperança; onde houver tristeza, que eu leve a alegria; onde houver trevas, que eu leve a luz.

Ó Mestre, fazei que eu procure mais: consolar, que ser consolado; compreender, que ser compreendido; amar, que ser amado; pois é dando que se recebe; é perdoando que se é perdoado; e é morrendo que se vive para a vida eterna.

(ORAÇÃO DA PAZ. Normandia, FR: s.n., 1913).

## RESUMO

Este trabalho trata da doação de livros no percurso entre o descarte no processo de desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a incorporação do mesmo em outra unidade de informação. Para melhor compreensão do tema é apresentado um histórico do surgimento e desenvolvimento das universidades no mundo e em particular no Brasil, apresentando ainda a referida universidade, o desenvolvimento de coleções com seu histórico, etapas e enfoque na política e etapas de seu desenvolvimento olhando de forma particular para a política de descartes, além de discorrer acerca do desenvolvimento das bibliotecas e as bibliotecas universitárias da UFRJ. Utiliza como procedimentos metodológicos entrevistas estruturadas com questões formuladas a partir dos conceitos e teorias sobre política de desenvolvimento de coleções abarcada pelos principais autores como Vergueiro, Figueiredo, Dias e Pires e Weitzel. Mostra as entrevistas realizadas com bibliotecários das bibliotecas componentes do campo de pesquisa pertencentes a UFRJ. Apresenta como resultado dados sobre os procedimentos realizados pelas bibliotecas para o descarte e sobre a existência de políticas próprias de desenvolvimento de coleções. Conclui que não há ainda políticas de desenvolvimento de coleções redigidas pelas bibliotecas, ausência em grande parte de documentação sobre a doação dos itens não patrimoniados e retenção dos itens patrimoniados nas bibliotecas devido à inexistência ainda de diretrizes para o expurgo dos mesmos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento de coleções. Doações. Avaliação. Política de doação. Desfazimento. Bibliotecas Universitárias. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## **ABSTRACT**

This work deals with the book donation in the path of the disposal in the development process collections of university libraries of Humanities and Social Sciences Applied of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and the incorporation of the same in another unit of information. For better understanding of the subject they are presented an arising history and development of universities in the world and particularly in Brazil, still presenting the same university, the development of collections with its historic, steps and focus on policy and stages of development looking so particularly for the discard policy, and discuss about the development of libraries and university libraries UFRJ. Uses as methodological procedures structured interviews with questions formulated from concepts and theories about collection development policy embraced by leading authors such as Vergueiro, Figueiredo Dias and Pires and Weitzel, and performed with librarians of component libraries search field belonging to UFRJ . It presents as a result data on procedures performed by libraries for disposal and the existence of own collection development policies. It concludes that there is still policy development collections written by libraries, absence largely documentation about giving the items not patrimoniados and retention of patrimoniados items in libraries due to lack even guidelines to purge them.

**Keywords:** Collection development. Donations. Evaluation. Endowment policy. Undoing. University Libraries. Federal University of Rio de Janeiro.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	- Processo de desenvolvimento de coleções por Evan.....	44
<b>Figura 2</b>	- Processo de desenvolvimento de coleções por Weitzel .....	47
<b>Quadro 1</b>	- Critérios de análise para a bibliografia básica.....	61
<b>Quadro 2</b>	- Critérios de análise para bibliografia complementar.....	62
<b>Quadro 3</b>	- Critérios de avaliação de periódicos especializados.....	63
<b>Quadro 4</b>	- Critérios de análise para a bibliografia básica incluindo cálculo.....	64
<b>Quadro 5</b>	- Forma como é realizado o desenvolvimento de coleções nas bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UFRJ.....	71
<b>Quadro 6</b>	- Forma utilizada da política de desenvolvimento de coleções das Bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UFRJ.....	72
<b>Quadro 7</b>	- Realização de estudo de usuário.....	72
<b>Quadro 8</b>	- Forma utilizada para estudo de usuário (pelas bibliotecas que responderam sim no quadro anterior).....	73
<b>Quadro 9</b>	- Formas de descarte de itens não patrimoniados.....	73
<b>Quadro 10</b>	- Existência de política de descartes redigida pela biblioteca.....	74
<b>Quadro 11</b>	- Existência de lista de itens com saída por doação.....	74
<b>Quadro 12</b>	- Existência de lista com paradeiro dos itens doados.....	74
<b>Quadro 13</b>	- Formas de contato com a biblioteca receptora.....	75
<b>Quadro 14</b>	- Existência de preocupação com a disponibilização do item na biblioteca receptora.....	75
<b>Quadro 15</b>	- Tem conhecimento do que é desfazimento de bens.....	76
<b>Quadro 16</b>	- Adota os procedimentos de desfazimento de bens na biblioteca.....	76

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1	OBJETIVO GERAL.....	15
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.3	JUSTIFICATIVA.....	15
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	16
<b>2</b>	<b>DA CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES À UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>18</b>
2.1	UNIVERSIDADES NO BRASIL.....	21
2.2	A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ).....	23
<b>3</b>	<b>BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.....</b>	<b>28</b>
3.1	SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU).....	33
3.2	COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (CBBU).....	33
<b>3.2.1</b>	<b>Comitê Brasileira de Desenvolvimento de Coleções (CBDC).....</b>	<b>34</b>
3.3	SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO (SiBI) DA UFRJ.....	35
<b>4</b>	<b>DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES.....</b>	<b>38</b>
4.1	HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES.....	39
4.2	ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES.....	43
4.3	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES.....	53
<b>4.3.1</b>	<b>Política de doações no desenvolvimento de coleções.....</b>	<b>56</b>
4.3.1.1	Desfazimento de bens.....	58
4.4	DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.....	60
<b>5</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>65</b>
5.1	CAMPO DE PESQUISA, POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	65
5.2	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	66
<b>6</b>	<b>DA DOAÇÃO À INCORPORAÇÃO EM OUTRO ACERVO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE DOAÇÕES NAS BIBLIOTECAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>69</b>

<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>77</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>79</b>
	<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA COM AS BIBLIOTECAS QUE COMPÕEM O</b>	
	<b>CAMPO DE PESQUISA.....</b>	<b>83</b>
	<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Até a idade média, a ordem que regia as bibliotecas era o armazenamento de tudo que fosse possível, o que começou a ser modificado quando Gabriel Naudé (1627) defendeu a ideia de que as bibliotecas não eram lugares de acumulação, visto que o desenvolvimento utilitarista de coleções era algo necessário defendido por ele (WEITZEL, 2009).

As ideias pioneiras de Naudé só começaram a ser incorporadas na literatura do campo de estudos da informação a partir do século XIX. De acordo com Weitzel (2009) neste mesmo século diversos autores desenvolveram manuais para desenvolvimento de coleções como resultado da preocupação com a percebida incapacidade de acumulação e absorção por parte das bibliotecas de todo o conteúdo produzido (WEITZEL, 2009).

O grande marco no desenvolvimento de coleções ocorre em 1960 de acordo com a literatura americana, quando o termo começa a aparecer e, definitivamente, acontece a preocupação de se aprimorar as coleções. No Brasil, o marco do desenvolvimento de coleções remete ano de 1982 com a inclusão da disciplina no currículo básico dos cursos de Biblioteconomia (WEITZEL, 2009).

Atualmente, duas são as perspectivas que influenciam no desenvolvimento de coleções: uma sob a perspectiva da formação do acervo e outra sob a perspectiva do fazer biblioteconômico. Sob a perspectiva da formação do desenvolvimento de coleções, destaca-se que a biblioteca universitária no Brasil, na contemporaneidade, vem enfrentando o desafio: a quantidade de itens que compõem o acervo das universidades, o espaço das instituições e as necessidades informacionais de seus usuários. Sob a perspectiva ação biblioteconômica ressalta-se a missão do bibliotecário como agente de promoção do acesso e uso à informação.

No contexto do campo de estudos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, destaca-se que Lankes (2012) ao afirmar que “Esta ideia de que bibliotecas são espaços de livros, é fortemente limitada aos acadêmicos de Humanas”. Isto se deve muito as extensas pesquisas bibliográficas e documentais realizadas nas Ciências Humanas.

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tradicionalmente tendem a constantemente revisitem a literatura consolidada da área, a fim de se apoiarem ou refutarem seus pressupostos para alicerçar e desenvolver a informação que se está produzindo. Em outros casos, dados externos a somente o que se está escrito podem ser retirados dos documentos físicos. Sendo assim, é bastante comum a busca por estes itens mesmo que tidos já como obsoletos por parte da comunidade científica. Visto essa necessidade dos pesquisadores,



confrontando com a ideia de que a biblioteca é mais que um espaço para depositar livros, conforme demonstrado por Lankes (2012).

Assim, este trabalho visa entender como as bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio de Janeiro abordam a questão do descarte nas suas políticas.

### 1.1 OBJETIVO GERAL

Estudar as políticas de descarte para o desenvolvimento de coleções das bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos que compõem esse trabalho são:

- a) compreender as transformações sofridas pelas bibliotecas até o surgimento das bibliotecas universitárias;
- b) verificar como a literatura aborda a questão das doações como uma etapa do desenvolvimento de coleções;
- c) analisar os aspectos legais acerca do descarte de livros na esfera pública federal;

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Uma questão-chave que impulsiona este trabalho é a não localização de um livro ou documento indicado para estar em determinada biblioteca após o descarte por doação à outra unidade de informação. Isto porque a resposta negativa à busca causa em quem está à procura do item uma sensação de tempo perdido e de desnorteio. As causas para a não localização de um item em determinado acervo ou coleção podem ser diversas e tentar elencar todas causaria uma desnecessária ampliação do foco dessa pesquisa de tal forma que poderia tornar-se superficial, não atendendo possivelmente aos objetivos traçados. Assim, ao observar de forma ampla, depara-se com a questão que resulta neste problema residindo na política de formação e desenvolvimento de coleções.

Outro ponto é que, embora diversos autores abordem o tema do desenvolvimento de coleções e as suas etapas, de forma geral, o que se encontra na literatura existente e consolidada são descrições da mesma e defesas desta ou daquela forma de se adotar critérios para a formação de uma coleção. Acresce a percepção de que a literatura considera o descarte ou doação do item como ponto final de um item em determinada coleção.

Sob o aspecto da produção científica da temática pode-se observar, em pesquisa realizada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), artigos relacionados à política de doações entre bibliotecas dentro da política de desenvolvimento de coleções. Contudo, há um baixo índice de recuperação de publicações específicas sobre a política de descarte.

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho é estruturado em nove seções primárias, além dessa introdução.

Na segunda seção logo após a introdução, apresenta-se a trajetória histórica das universidades, desde o seu surgimento na Europa no século XI, passando pela criação das universidades na América Latina e as razões para o surgimento tardio das universidades no Brasil. Nela fala-se sobre o que é uma universidade e foca-se, em particular na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apresentando seu histórico.

A terceira seção aborda as bibliotecas universitárias. Nessa seção, além de apresentar também sua trajetória desde o surgimento das primeiras bibliotecas até a caracterização de uma biblioteca universitária, são apresentados o evento realizado no Brasil para a discussão e aprimoramento das mesmas, bem como a criação de uma comissão para promoção das bibliotecas universitárias e um comitê subjugado a esta comissão, relativo ao desenvolvimento de coleções. Também aqui é apresentado o SiBI da UFRJ, seu histórico e bibliotecas componentes.

A quarta seção traz o desenvolvimento de coleções como foco com a apresentação dos seus conceitos, mudanças de paradigmas, histórico e etapas do desenvolvimento de coleções. Abordasse também as políticas de desenvolvimento de coleções e, e especial das políticas de doações e desfazimento de bens.

A quinta seção apresenta os procedimentos metodológicos, onde são apresentados o campo de pesquisa, a população, amostra e as técnicas que foram utilizadas para a coleta e análise dos dados que são aqui apresentados.

Na sexta seção é apresentada a análise dos dados realizada com base nas seções teóricas anteriores que orientam este trabalho. Nessa seção é abordado como se constituiu a política de descarte das bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UFRJ, bem como a mesma é realizada na prática.

Na seção seguinte, a sétima seção, são apresentadas as considerações finais do trabalho, onde se concatena a ideia do tudo que fora apresentado no desenvolvimento desta pesquisa.

As seções pós-textuais são formadas pelas referências, pelo apêndice - com a apresentação do modelo das perguntas feitas nas entrevistas realizadas com os gestores de cada uma das bibliotecas componentes do campo de pesquisa do trabalho; além de um anexo com o modelo dos termos de consentimento livre e esclarecido para uso da entrevista.

## **2 DA CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES À UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

A criação das universidades marca o início de um florescimento e promoção da busca do homem pelo aprofundamento do conhecimento. Embora em todos os momentos da história humana houvesse a presença do ensino<sup>1</sup>, desde o cultivo e preparação dos alimentos até as formas mais complexas conhecidas hoje, o surgimento das universidades impacta e reflete um momento de transição significativo pelo qual a sociedade europeia atravessava, como afirma Buarque (1994 apud LAMPERT, 1996, p. 201):

Na origem da universidade estava à transição da humanidade de uma etapa para outra: da vida rural para a vida urbana, do pensamento dogmático para o racionalismo, do mundo eterno e espiritual para o mundo temporal e terreno, da idade média para a Renascença. A universidade é filha da transição e elemento dos novos tempos e de novo paradigma.

Desta forma, a universidade em sua fundação partia do ensejo da sociedade de ruptura com a ordem até então instituída, onde a única fonte de educação provinha do ensino religioso e para a formação de religiosos. Tudo ocorria no interior dos muros eclesiásticos formando assim monges e padres. Por tudo isso, a necessidade de se estabelecer enquanto instituição autônoma se fazia necessária e, como resposta a estes anseios sociais, sua constituição interessava em elevado grau à Igreja e ao Estado. Quanto a isso, afirma Lampert (1996, p.200):

A universidade, resultado das expectativas e necessidades de uma sociedade cada vez mais complexa, reveste-se de importância pela origem corporativa, gestão democrática, estrutura e organização do ensino e, principalmente, pela contribuição que trouxe à humanidade.

Ainda sobre a sua origem corporativa, Lampert (1996, p.202) diz que “as universidades se constituíam em corporações intelectuais de professores, alunos, funcionários de uma cidade, e se destinavam a avançar no conhecimento.” Devido a sua importância frente à sociedade, as corporações universitárias conseguiram, junto ao Estado e à Igreja, privilégios até então impensados para a Idade Média (LAMPERT, 1996, p. 203):

---

<sup>1</sup> Não se discute aqui a formulação e estabelecimento de escolas, mas sim a prática de transferência de informação a seus semelhantes. De forma individual ou em grupo, considera-se aqui tudo como ensino.

[...] ficam evidentes os privilégios de que gozavam as corporações. Imunidades, isenção de impostos, direito à greve, jurisdição interna, concessão de graus, isenção dos estudantes ao serviço militar foram alguns desses privilégios concedidos pelos papas e reis às corporações. Por esse motivo, professores e alunos se agrupavam para formar as “universitas” e com o objetivo de avançar em determinadas áreas do conhecimento humano.

Tais privilégios supracitados se justificavam devido à necessidade de organização e estruturação das universidades, para o atendimento ao seu principal objetivo: educação e erudição dos alunos (LAMPERT, 1996).

No corrente dos séculos diversas universidades se fundaram e estabeleceram como verdadeiros centros de referência na Europa primeiramente, se espalhando depois pelo mundo. Concomitante ao seu crescimento, a missão das universidades foi se ampliando e consolidando. Sousa Filho (2006, p. 178, grifo do autor) apresenta tal missão:

A missão da universidade, assim, definiu-se, ao longo da história, como sendo tornar-se o lugar da formação de pesquisadores, pensadores independentes, produtores de conhecimento e de técnicas socialmente necessárias ao desenvolvimento do bem-estar humano. [...] quanto a si própria e à sociedade, é tornar-se o lugar da formação de uma *elite intelectual, cultural e científica*. Esta não é uma elite de classe, mas uma *elite de espírito*. Nem por isso elitista e diletante.

Entre o século XI e o século XIV houve uma verdadeira explosão de universidades no continente Europeu, impulsionado particularmente pelos ideais humanistas, filosóficos e artísticos que, séculos mais tarde findariam com a Idade Média, soerguendo o Renascimento. Principalmente as artes e a Filosofia, bem como o Direito, influenciaram a sociedade Europeia, ávidos por conhecimento extra eclesial. A educação até então era exclusiva das escolas monacais e episcopais, a fim de se formar monges e padres respectivamente (LAMPERT, 1996; SIMÕES, 2013).

Em 1088 surgiu a primeira universidade localizada em Bolonha na Itália, que possuía notoriedade devido ao ensino das artes e, principalmente Direito, o que atraía diversos alunos devido a carência local de juristas. Vale ressaltar que, tanto a universidade de Bolonha quanto as demais que surgiram se localizavam no ambiente clerical, isto é, dentro dos prédios da igreja, não possuindo assim num primeiro momento sede própria, embora gozassem de privilégios frente às autoridades clericais e, posteriormente a realeza. Devido a isto, o ensino da Teologia e do Direito Canônico se fazia presente nas primeiras universidades de forma a legitimar sua fundação (BOHRER; et.al., 2008; SIMÕES, 2013).

Há uma divergência entre historiadores quanto a segunda universidade surgida na Europa. Enquanto uns defendem que fora a Universidade de Oxford na Inglaterra (1096) para outros a segunda fora a Universidade de Paris (1150). Isto se deve a importância que a segunda alcançou no cenário Europeu, primeiro por sua localização geográfica, e em seguida pelos cursos que oferecia, como Artes Liberais, Teologia, Direito e Medicina. Bohrer e outros autores (2008, p. 3) afirmam que “as instituições que possuíam as quatro faculdades: Artes, Teologia, Decretos e Medicina, recebiam a denominação de *studium generale*” (grifo do autor). Desta forma, até o fim do século XII a Europa (contando com Oxford e Modena em 1175) já possuía quatro universidades (BOHRER; et. al., 2008; SIMÕES, 2013).

No século XIII a expansão universitária prosseguiu com o surgimento de mais 15 universidades: uma na Inglaterra; uma em Portugal; uma no Iraque (a única até o século XV fora do território europeu); três na França; quatro na Espanha; e cinco na Itália. No século XIV mais 15 universidades foram criadas: uma em Portugal; uma na Polônia; uma na Alemanha; uma na Áustria, uma na República Tcheca; uma na Inglaterra; uma na Espanha; três na França; e cinco na Itália. No século XV são criadas mais 12 universidades: uma na Bélgica; uma na Dinamarca; uma na Espanha; uma na Itália; duas na Escócia; três na Alemanha; e três na França. Desta forma, entre o final do Século XI e final do século XV o mundo<sup>2</sup> já possuía 46 universidades, sendo sua grande maioria italiana (13) e francesa (10), que juntas representam metade das universidades existentes, o que demonstra a influência dos dois países no desenvolvimento do ensino e na mudança da perspectiva social vigente (SIMÕES, 2013).

A partir do século XVI, a Espanha, que já possuía seis universidades, leva este sistema de ensino para a América a fim de disponibilizá-la a elite que aqui residia, pois estes eram quem ocupava as posições políticas e burocráticas da colônia. O modelo de universidade francês, que exercia influências nas universidades portuguesa e francesa é implementado na América Latina. Até o fim do século XIX a América hispânica já possuía 50 universidades espalhadas por quase todos os países.

Destaca-se que nessa época não havia universidades no Brasil, o que demonstra o início tardio dessa instituição no país e a falta de interesse de Portugal na criação da mesma (ROSSATO, 2005 apud SIMÕES, 2013; WANDERLEY, 2003 apud BOHRER et. al., 2008).

---

<sup>2</sup> Com apenas a Universidade de Al Mustansirya no Iraque (1233) criada fora do continente europeu.

## 2.1 UNIVERSIDADES NO BRASIL

Camacho (2005, p. 101) afirma que “[...] a universidade brasileira foi o produto tardio de um conglomerado de escolas superiores pré-existentes [...]”. Tal afirmação é comprovada pela forma na qual se constituiu, vindo a se concretizar apenas no século XX, quatro séculos depois da presença de universidades na América Espanhola (SIMÕES, 2013).

Cabe aqui ressaltar que dizer como Camacho (2005, p. 107), que o motivo da não instalação de universidades no Brasil no período colonial estava ligado ao “[...] desinteresse da Metrópole [...]” podem ser ampliados pelos motivos apresentados por Oliveira (2011, p. 101) ao afirmar que “uma das características da dominação metropolitana portuguesa foi o fato de não permitir, nas suas áreas coloniais, a existência de instituições de ensino superior, salvo algumas escolas dirigidas principalmente pelos jesuítas”. Essa negação pela instalação de universidades na área colonial auxiliou na dominação da população como um todo. Oliveira (2011, f. 99) cita Carvalho (1996) apresentando e ampliando estas motivações:

Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a independência, na Universidade de Coimbra e, após a independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes de várias capitânicas e províncias e incutia neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos, tanto de Portugal como do Brasil.

Tem-se assim que a motivação para o não estabelecimento de universidades no Brasil se deram por razões de manutenção do poder, uma vez que se mantinha as classes externas à elite na ignorância e a elite sendo fabricada para se manter no poder; para manter a coesão territorial, uma vez que os ideais da colônia e, posteriormente do império, eram ensinados e difundidos entre as elites que frequentavam as ínfimas faculdades existentes, ao contrário do que se viu nas colônias espanholas que se dividiram.

A história da educação no Brasil se inicia com a chegada dos jesuítas em 1549. Estes seguindo as instruções do Rei buscavam aqui salvar almas por meio da catequese de forma a manter a população firme na fé católica, bem como proporcionar aos catequisandos e os que aqui vieram residir e nasceram por estas terras a absorção dos costumes europeus. Sendo

assim, a educação primária desenvolvida no Brasil até 1759 foram desenvolvidas exclusivamente pelos jesuítas. Este cenário apenas mudou devido as reformas pombalinas, realizadas pelo Marquês de Pombal que expulsou os jesuítas do Brasil e de Portugal trazendo assim o controle da educação para o domínio português conforme dito por Piletti (2003 apud BOHRER, et.al., 2008, p. 7): “As reformas pombalinas substituíram a escola que servia aos interesses da fé pela escola útil aos fins do Estado” (BOHRER et.al., 2008).

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, após a invasão de Napoleão à Portugal, veio também a necessidade de se formar aqui as pessoas, isto é, a elite que dirigiria o país, em detrimento de enviá-los para estudar em Portugal. Visando as necessidades da própria colônia, foram fundados os cursos de Medicina e Engenharia que mais tarde viriam a ser a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica (BOHRER et.al., 2008; OLIVEIRA, 2011).

Apenas em 1825, já com o Império sob o comando de D. Pedro I é que se cria um curso voltado para a área jurídica no Brasil, visto que já não cabia após a separação continuar enviando à Coimbra a elite brasileira para estudar. Entre o final do Império e o início da república, mais duas faculdades com cursos jurídicos surgem e, a partir da fusão destas em 1891 é criada finalmente a Faculdade de Direito (OLIVEIRA, 2011).

Embora se tenha criado algumas faculdades no Brasil, as tentativas de criação das universidades no final do período colonial, durante o período imperial e no início da república fracassaram. Foram elas: a universidade de São Paulo em 1821 por José Bonifácio; em 1823 levantou-se a pauta de criação de uma universidade em São Paulo e outra em Olinda; em 1843 a Universidade de Pedro II; em 1880 um projeto de Universidade do Brasil que começou a ser erguido em 1881, mas parou. Já no período republicano, foram criadas a Universidade de Manaus em 1909, de São Paulo em 1911 e do Paraná em 1912. Todas iniciaram suas atividades, mas foram extintas. A Universidade de Manaus em 1926; a de São Paulo em 1917; a do Paraná era uma universidade privada embora recebesse recursos do governo do Estado (CAMACHO, 2005; OLIVEIRA, 2011). Este panorama de tentativas infrutíferas só tomaria novos rumos uma vez que a criação de uma universidade passasse pelas mãos e aprovação do Governo Central. Até então, a ideia de uma universidade não era bem vista pelo governo que buscava romper com toda e qualquer relação com o Império bem como levar o país ao progresso. Assim diz Oliveira (2011, f. 107):

[...] a reação negativa à criação da instituição universitária em nosso país, conforme mencionado, teria um duplo sentido: havia aqueles que a



consideravam ultrapassada e retrógrada, mas também os que a consideravam instituição potencialmente perigosa, subversiva à herança de uma ordem estabelecida pelo arcaísmo católico-português transplantado para o Brasil.

Em 1915, por meio do decreto no governo Wenceslau Braz fora “[...] criado o dispositivo legal para a estruturação da futura Universidade do Rio de Janeiro (URJ) [...]” (OLIVEIRA, 2011, f. 109). Apenas a partir disto é que a problemática da criação de uma universidade brasileira gerida pelo Governo Central é encarada. Embora a solução encontrada não agradasse a todos e fosse motivo de críticas, o surgimento efetivo da URJ aconteceria, segundo o dispositivo legal, da reunião das faculdades existentes no Rio de Janeiro: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito (OLIVEIRA, 2011).

## 2.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

Criada a 7 de setembro de 1920, pelo Decreto nº 14.343, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), surge com a denominação de Universidade do Rio de Janeiro (URJ), que durou até 1937 quando após, uma reorganização, passou a se chamar Universidade do Brasil (UB). Apenas em 1965 recebera o nome pelo qual é conhecida até os dias atuais (OLIVEIRA, 2011; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-a]).

Sua constituição como um todo não se deu por um processo de criação de uma universidade e, dentro desta, são criadas as faculdades e cursos. Sua origem advém da junção de faculdades já existentes, unindo-as em um único órgão superior. A partir da fusão das faculdades de Medicina, Direito e a Escola Politécnica é que a UFRJ é criada (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-a]).

A forma como a UFRJ fora constituída, determina e influencia até os dias atuais na sua estrutura organizacional. São desta forma, faculdades e centros independentes, todas sob um mesmo regimento universitário, porém, com certa autonomia e poder de decisões individuais, o que contribui para uma constituição altamente fragmentária. Tanto isto pode ser verificado que, para seu primeiro Reitor, o professor Ramiz Galvão, a UFRJ é uma Universidade apenas de nome (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-a]).

A ausência de consolidação da UFRJ enquanto universidade, como apontada pelo reitor supracitado se deve a diversos fatores, dentre os quais se pode elencar a falta de diálogo entre as faculdades pertencentes à universidade, bem como a distância física entre as mesmas. Tendo como único elo entre elas o Conselho Universitário, que não é suficiente para que se crie um diálogo entre as faculdades e, por conseguinte, um envolvimento entre os docentes e

as trocas de experiências para crescimento da universidade como um todo. O Conselho é formado pelo Reitor, pelos diretores das faculdades integrantes e dois professores catedráticos de cada faculdade (OLIVEIRA, 2011; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-a]).

Ao se buscar solucionar e amenizar os problemas resultantes da forma como fora criada, foi realizada uma reforma em 1931, incorporando a Faculdade de Musica e de Belas Artes. Durante o Estado Novo, mais precisamente em 1937, a Universidade do Rio de Janeiro passa a se chamar Universidade do Brasil por meio da Lei nº 452 que ainda define como participante da mesma 15 Faculdades (OLIVEIRA, 2011; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-a]).

A Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 4 de abril de 1935, idealizada por Anísio Teixeira e de posse da prefeitura, possuía moldes muito diferentes da URJ. Na UDF o desenvolvimento do ensino era integrado, bem como a pesquisa e a extensão, e as escolas foram fundadas a partir da universidade, indo no sentido contrário da URJ que reuniu escolas já existentes. O Ministro Gustavo Capanema considerava a existência da UDF uma afronta ao Governo Central, pois este deveria prover a educação do país. Devido à diferença de modelos, o Ministro Gustavo Capanema solicita ao Presidente Getúlio Vargas a extinção da UDF a fim de se unificar o modelo universitário. Embora reconhecesse que a UDF possuía cursos que deveriam ser ministrados na UB, Capanema solicita assim a dissolução total da UDF e a incorporação de alguns cursos a UB. Sendo assim, Nunes (2001 apud OLIVEIRA, 2011, f. 178) aponta que:

Em 20 de janeiro de 1939, o Decreto-lei nº 1.063 dispôs sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da UDF para a UB. Nessa transferência eram absorvidos os cursos das faculdades de Filosofia e Letras, de Ciências e de Política e Direito. Dela estavam excluídos o Instituto de Educação, o Departamento de Artes e Desenho, o Departamento de Música, os cursos de formação de professores primários, de orientadores do ensino primário e de administradores escolares, e os cursos de aperfeiçoamento da Faculdade de Educação. O texto legal ainda normatizava a “transferência de alunos e professores. Em 4 de abril de 1939, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi organizada pelo Decreto-lei nº 1.190, passando a denominar-se Faculdade nacional de Filosofia[...]”.

Estas faculdades que passam a integrar a Universidade do Brasil se dão por meio da mudança de nome de algumas já pertencentes, incorporação de outras e criação de novas. Pela Lei ainda são incorporados e criados 16 institutos a fim de que servissem de apoio as atividades das faculdades. Embora determinada por lei, muitos destes institutos não saem do papel, visto que para tal, era necessária a iniciativa individual de cada faculdade para a qual o

instituto estivesse posto. Sendo assim, percebe-se que a lei apenas amplia o número de faculdades pertencentes ao sistema da Universidade do Brasil, mas não resolve sua fragmentação que permanece até os dias atuais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-a]).

Isto pode ser verificado em Oliveira (2011, f.187) que afirma:

A observação da ampliação das unidades da UB, quer pela incorporação de diversas unidades de ensino já existentes no Distrito Federal à Universidade do Rio de Janeiro ou pelo desmembramento de unidades já existentes, reforça nosso argumento já apresentado de seu *gigantismo* (já que nela deveriam existir todos os cursos superiores que serviriam de referências aos demais, o que acabou não acontecendo na sua totalidade), *fragmentação* (seus cursos funcionavam em diversas localidades na capital federal) e pela *incorporação* (e não somente criação progressiva) de unidades constituintes. Isso dificultou, certamente, a viabilização de uma coesão institucional, já que os poderes locais das escolas e institutos, solidamente constituídos ao longo dos anos anteriores, constantemente demarcavam suas áreas de influências e interesses específicos de instâncias de poderes localizados e já sedimentados nas instituições.

A referida lei prevê ainda, buscando solucionar o apartamento entre as faculdades, a meta de se criar uma cidade universitária, a fim de que todas as faculdades estejam reunidas em um mesmo ambiente e possam assim dialogar e cooperar para o crescimento conjunto de todas e da universidade do Brasil. Embora a lei seja de 1937, a construção da cidade universitária só se deu em 1949, sendo inaugurada em 1972 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-a]).

Durante o governo provisório de José Linhares em 1945, uma nova reforma é realizada na Universidade do Brasil por este governo, passando a ter em sua composição agora 18 unidades, entre faculdades, institutos e escolas. É assim ampliada mais uma vez o quadro de unidades pertencentes a mesma (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-a]).

Em 1946, ocorre a mudança mais substancial em relação às anteriores pela qual a Universidade do Brasil passara: por meio do Decreto-Lei nº 8.393, de 17 de dezembro de 1945, fica instituída a forma como se dá a administração da Universidade, bem como cada instância de controle da mesma. São definidas assim que a administração passa pelas instâncias da Assembleia Universitária, cujo órgão não possui poderes executivos ou deliberativos, porém exerce influência em decisões relevantes devido à importância de seus componentes; o Conselho de Curadores, que é o órgão responsável pela administração financeira da Universidade e tem como presidente o Reitor; o Conselho Universitário, que é o

órgão máximo no que tange a questão das deliberações da Universidade, tendo como membros os diretores de cada faculdade e sendo presidido também pelo Reitor; e o Reitor, este determinado então pelo presidente da República, a partir da lista de três nomes, em geral de professores, indicados pelo Conselho Universitário (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-a]).

A partir do Decreto-Lei nº 8.393, também se verifica outra importante mudança que é a divisão departamental, onde as faculdades e institutos deveriam ser reunidas sob um departamento, presidido por um professor catedrático de alguma das faculdades que a compõe (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-a]).

Um aspecto importante que se deve ressaltar é o caráter profissionalizante que se dá as faculdades que compõem a Universidade do Brasil. A preocupação maior é formar profissionais para o mercado de trabalho. As iniciativas de pesquisa ficam a cargo de esforços individuais e não institucionais, pois as atividades de pesquisa são realizadas pioneiramente a partir de professores pertencentes ao corpo docente da Universidade. Isto contribuiu para que a pesquisa dentro da Universidade caminhasse a passos lentos, indo de contra os ensejos da sociedade que vivia uma aceleração do desenvolvimento industrial (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-a]).

Em 1962, o Conselho universitário propõe a criação de uma comissão especial para propor novas mudanças na Universidade. O documento redigido resultante desta comissão é tomado por base pela ditadura civil-militar para a reforma universitária no Brasil. Nesta reforma, o governo militar expande a rede universitária federal, institui o sistema de créditos nas universidades, adota o regime de departamento para as faculdades, extingue com a cátedra vitalícia dos docentes e integra os serviços de Ensino e Pesquisa nas mesmas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-a]).

Seguindo a forma como a Universidade se formou e desenvolveu, visando a ampliação da pesquisa nas Universidades, o governo adota novamente a política das fusões, incluindo assim na Universidade os institutos de pós-graduação a fim de que estas incentivassem a pesquisa nas faculdades. Esta expansão da pós-graduação só fora possível no final da década de 60 graças a cooperação entre comunidade científica e governo militar (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-a]).

Por fim, salienta-se a missão atual da UFRJ que é oferecer os instrumentos necessários para a sociedade brasileira se desenvolver intelectualmente dotando-os de capacidade de ação para transformar o meio em que vive a partir do preparo de excelência onde os indivíduos se tornam profissionais capacitados a exercer plenamente suas funções na sociedade. Cabe

também à instituição estimular o pensamento crítico, e incentivar a seu corpo estudantil o respeito a toda e qualquer diversidade além de buscar minimizar as diferenças sociais entre os indivíduos, cooperando assim para uma sociedade mais justa e igualitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-b]).

### 3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Antes de falar acerca de bibliotecas e suas transformações, faz-se necessário abordar o que antecede e determina o surgimento das mesmas: a cultura. Pode-se falar sobre as mais diversas acepções de cultura, relativizando cada uma delas, porém o tema entra neste item apenas para que se abra a discussão e se busque o entendimento da motivação da existência primeira das bibliotecas, bem como se perceba, por fim, o motivo pelo qual as mesmas ainda existem. Tanto seu surgimento quanto sua continuidade obedecem a um objetivo específico que é atender a comunidade em que se insere (LANKES, 2012).

O primeiro conceito de cultura é atribuído a Edward Tylor em 1871, que apresenta a ideia de que a cultura é aprendida pelo homem e não que seja algo inato (LARAIA, 2009, p. 25). Por meio disto, pode-se entender o rompimento com a transmissão genética, onde se acreditava que as ações do homem dentro de sua sociedade eram realizadas porque se recebia as informações de forma hereditária. Depois de Tylor, vieram diversos teóricos que buscaram explicar e definir cultura, contribuindo assim com a ampliação da discussão acerca do tema. Dentre eles, destaca-se Alfred Kroeber, que em 1949 em seu artigo intitulado “O superorgânico”, separa o biológico do cultural nas ações do homem, bem como mostra como a cultura atuava sobre o mesmo. Para Kroeber, o homem carece de satisfazer as necessidades vitais para sua existência, porém, a forma na qual o homem vai saná-las, irá variar de acordo com a cultura na qual se insere (LARAIA, 2009, p. 36, 37).

Ainda sobre o conceito desenvolvido por Kroeber, o homem é o único ser capaz de acumular, apreender e desenvolver. Estas características estão externas a condição orgânica, afinal, a acumulação do que é passado e o desenvolvimento do novo se dá sem alteração no aparato físico. “O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam.” (LARAIA, 2009, p. 45). Isto tudo é possível devido ao fato de que o homem consegue absorver e transmitir o conhecimento de sua comunidade por meio da comunicação oral e do desenvolvimento estruturado dos símbolos. Com isto se desenvolveu a transmissão oral e a escrita como instrumentos de consolidação do homem e de suas mais diversas culturas, afinal, como afirma Leslie White: “Toda cultura precisa de símbolos.” (WHITE apud LARAIA, 2009, p. 55). Por tudo até aqui apresentado pode-se entender que, assim como afirma Clifford Geertz (1966), o homem é produtor da cultura e, ao mesmo tempo produto da cultura. Enquanto ele acumula o que foi

produzido dentro de sua comunidade, ele produz a partir disto o que será acumulado por outros (LARAIA, 2009, 57).

Uma vez observado que o homem é este ser capaz de acumular e produzir para acumulação, pode-se entender que, ele seria incapaz de reunir tudo que se era produzido e passível de conter informação. Do mesmo modo, pode-se observar que, o conjunto de procedimentos diante de determinada necessidade é que diferencia as culturas, e essas distinções entre comunidades, além do não reconhecimento da legitimidade da cultura do outro é o que levará a embates entre grupos sociais. Como fator relevante nestes embates entre culturas via-se que o diferencial que levaria determinada comunidade a se sobrepor em relação a outras, reside no conhecimento fruto da acumulação cultural realizada por determinado povo. A comunidade que detivesse mais conhecimento sobre as mais variadas técnicas fatalmente seria a dominante (LARAIA, 2009).

Com esta necessidade humana de acumular e preservar e, principalmente, ocultar de inimigos o conhecimento desenvolvido e registrado, bem como fomentar o desenvolvimento do novo, surgiu a necessidade de se erguer locais para tal. Assim nasceram as bibliotecas, como o intuito de preservar, acumular, esconder a produção escrita e fomentar o desenvolvimento do novo na comunidade (MARTINS, 2002 apud SANTOS, 2012).

Ao longo dos anos as bibliotecas e unidades de informação sofreram grandes mudanças em suas perspectivas no decorrer do tempo. Desde a criação das primeiras bibliotecas como a de Nínive datada do século IX a.C., Pérgamo e, a mais famosa de todas, a Biblioteca de Alexandria em 288 a.C., passando pelas bibliotecas monásticas e chegando às bibliotecas particulares consolidadas no renascimento<sup>3</sup> o objetivo das mesmas era apenas um: acumular todo tipo de informação, pois esta representava poder e superioridade em relação aos demais homens (RUSSO, 2010; SANTOS, 2012).

Em relação às bibliotecas da antiguidade, vale ressaltar que possuíam muitas diferenças entre si, principalmente, no que tange a estrutura de armazenagem, devido ao fato de que as mesmas se adequavam ao tipo de suporte utilizado por cada povo em um

---

<sup>3</sup> Segundo Santos (2012), haviam bibliotecas particulares principalmente na Grécia antiga, porém seus registros e vestígios eram muito poucos. Pelo caráter principalmente oral da transmissão, a pequena dimensão da coleção, os saques que sofreram e a transferência do acervo para a biblioteca de Alexandria, estas bibliotecas particulares não são citadas e aprofundadas por historiadores e bibliotecários. Em relação às bibliotecas particulares em Roma, foram formadas a partir de saques e pertenciam imperadores e personalidades de Roma. Desapareceram por completo, restando vestígios apenas da biblioteca da Vila dos Papiros, soterrada pelas cinzas da erupção do Vesúvio em 79 d.C. Também há indícios das bibliotecas particulares mantidas por nobres na Idade Média. Sendo assim, podemos concluir que as bibliotecas particulares coexistiram em todos os períodos da História.

determinado período, como também se assemelhavam pelo fato de buscarem esconder de inimigos o conteúdo que detinham, visto sua arquitetura que almejava evitar a saída das obras, uma vez que as bibliotecas não possuíam o objetivo do acesso como se viu posteriormente (MARTINS, 2002 apud SANTOS, 2012).

Durante a Idade Média, foi possível encontrar a ocorrência de três tipos principais de bibliotecas: as Monacais, estabelecidas no início do período; as Bizantinas, de maior importância para o ocidente; e as Universitárias, que ocuparam o fim da Idade Média e estiveram presentes na transição para o Renascimento (MARTINS, 2002 apud SANTOS, 2012). No início e meio do período medieval os mosteiros e conventos existentes estiveram presentes como principal local de acesso a estudos e leitura (restrito somente a pessoas autorizadas), uma vez que as instituições detinham o poder da maior parte dos livros. Por estes fatores, os mosteiros foram sempre equiparados ao nível de bibliotecas, visto que guardavam e organizavam tanto as impressões existentes, quanto as cópias realizadas por monges copistas (MARTINS, 2002 apud SANTOS, 2012). Diferente das bibliotecas da antiguidade, no período medieval, o manuseio dos códices<sup>4</sup> não eram livres, pois os mesmos encontravam-se acorrentados aos armários, isto é, o local de armazenagem dos livros (MARTINS, 2002 apud SANTOS, 2012).

As bibliotecas bizantinas tiveram grande influência para o ocidente e serviram de apoio ao surgimento do Renascimento. Enquanto as bibliotecas monacais ocidentais se ocupavam da literatura e cultura latina, as bizantinas se detinham na cultura helênica, tendo assim conhecimento e posse de uma diversidade muito maior de livros pagãos, e devido ao tamanho das bibliotecas orientais, o controle ao acesso se tornava mais difícil. Sendo assim, havia uma maior facilidade de acesso. Com a invasão turca a Constantinopla, houve a fuga dos monges bizantinos para o ocidente, levando consigo livros cristãos e pagãos. Tal fato ampliou o acesso ocidental a estas fontes, sendo um dos motivos para o surgimento da Renascença (MARTINS, 2002 apud SANTOS, 2012).

Com a difusão das universidades a partir do século XIII, houve o aumento de demanda pelo acesso aos textos próprios para os estudos. Devido a isto, as bibliotecas monacais se viram tendo de abrir suas portas aos estudantes. Contudo, isto ainda não era o suficiente. Era necessário saberem onde se encontravam determinados livros e, a distância entre as bibliotecas dificultava o acesso e os estudos (SANTOS, 2012).

---

<sup>4</sup> Folhas de pergaminho quadradas costurados umas as outras sem dobras, juntamente com uma capa assemelhando-se ao aspecto dos livros atuais.



Ao buscar solucionar esta demanda, as universidades começaram a formar suas próprias bibliotecas, a partir de doações de pessoas que tinham suas bibliotecas particulares. Pela facilidade do acesso e o efetivo trabalho do bibliotecário, visto agora como um facilitador na busca pela informação, as bibliotecas universitárias se tornaram a principal fonte de conhecimento e difusão de ideias não cristãs, rompendo com a restrição do acesso das bibliotecas monacais (SANTOS, 2012).

A partir do século XVI, com a invenção da imprensa por Gutenberg, o aumento de publicações passou a não tornar mais viável o acúmulo de toda informação publicada, pois se fazia necessário ordenar e selecionar aquilo que era pertinente ao seu público. Ao mesmo tempo em que nasciam as bibliotecas universitárias, fruto da necessidade de possibilitar acesso à informação relacionada aos estudantes, mudava-se o paradigma da acumulação para o do acesso e seleção (RUSSO, 2010).

Outras transformações ocorreram, tais como o surgimento das bibliotecas nacionais no século XVII. Outro ponto de destaque é o crescimento da produção informacional após a Segunda Guerra Mundial, quando a informação científica era buscada com o intuito de obter vantagem sobre outras nações. Se logo após o surgimento da imprensa o objetivo de reunir todo o conhecimento já se era posto em xeque, neste momento se sacramenta a ideia do desenvolvimento de coleções para as bibliotecas, a fim de que se possa reunir nas bibliotecas apenas os itens pertinentes ao público usuário, reduzindo assim os custos de aquisição e otimizando o espaço físico das bibliotecas e unidades de informação (WEITZEL, 2002).

Nos dias atuais, com a popularização da internet, tem-se um crescimento da informação em meio eletrônico e digital. E, assim, cada vez mais o paradigma da biblioteca se volta para o acesso à informação. Nessa perspectiva as bibliotecas e as unidades de informação necessitam hoje tomar medidas que facilitem o acesso e reúnam a informação que o sujeito necessita. Sendo assim, a questão do desenvolvimento de coleções se faz presente na rotina dessas instituições, pois sem a busca pela informação mais atualizada e atrativa, as bibliotecas não irão contemplar as necessidades da sua comunidade (WEITZEL, 2002).

Com a evolução das bibliotecas e as mudanças das suas perspectivas percebe-se que é cada vez maior a necessidade de as unidades de informação adequarem sua política de desenvolvimento de coleções as necessidades dos usuários, as novas tecnologias e aos recursos disponíveis para a mesma. Tudo gira e se integra à missão da unidade de informação, o que significa dizer que o processo do desenvolvimento de coleções, além de contínuo, jamais se extingue, uma vez que o acervo deve estar em constante monitoramento e avaliação, como afirma Vergueiro (1989).

Lankes (2012) nos apresenta um novo paradigma acerca da Biblioteconomia e sobre o qual se apoia este trabalho: o serviço à comunidade. A biblioteca é vista como um espaço que oferece mais que livros, oferece variados serviços a fim de que haja um crescimento pessoal de cada indivíduo e da comunidade como um todo. A partir deste paradigma, entende-se que a biblioteca não é um depósito de livros, pois é preciso ir além e entender seu público para oferecer os melhores serviços e possibilitar um crescimento conjunto entre biblioteca e comunidade. Lankes (2012), assim, afirma que: “A missão de uma biblioteca é melhorar uma sociedade facilitando a criação de conhecimento em uma comunidade.”.

No âmbito da universidade evidencia-se o que Mattos e Dias (2009) afirmam quando dizem que “Cabe à biblioteca universitária satisfazer as demandas informacionais de seus usuários para que eles desempenhem adequadamente suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.” Sob esta ótica, o desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias necessita a todo instante estar concatenado com as três esferas que compõem a universidade (ensino, pesquisa e extensão), bem como com as necessidades referentes às cadeiras dos cursos dos quais a biblioteca abrange a fim de que possa sempre suprir na medida do possível as necessidades informacionais.

De acordo com Dias e Pires (2003, p. 13) as bibliotecas universitárias:

[...] funcionam como órgão de apoio informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão, com acervo geral e especializado, podendo apresentar estrutura administrativa centralizada ou descentralizada.

Para Cunha (2010) a função principal das bibliotecas universitárias é “[...] proporcionar o acesso ao conhecimento.” Dias e Pires (2003, p. 13) vão um pouco além à sua definição de função, pois mais que promover o acesso ao conhecimento, a biblioteca universitária deve “prover informações referenciais e bibliográficas específicas, necessárias ao ensino e à pesquisa.” Lankes (2012), Cunha (2010) e Dias e Pires (2003) evidenciam, se observados juntos, que a biblioteca universitária deve promover acesso à informação e o desenvolvimento de uma comunidade.

A função da biblioteca de cooperar e orientar no desenvolvimento da sua comunidade, formando melhores profissionais e pesquisadores, onde ambos possam contribuir com a sociedade em geral a partir da oferta de serviços a fim de que a comunidade perceba a importância vital que as bibliotecas possuem no desenvolvimento do ensino e da pesquisa.

### 3.1 SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU)

No Brasil pode-se indicar o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) como espaço de debate sobre as bibliotecas universitárias.

O primeiro Seminário foi desenvolvido pelo Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense (UFF), tendo como objetivos elencar e dialogar sobre as situações ocorridas referentes às bibliotecas universitárias; ampliar as trocas de experiências sobre as mais diversas situações encontradas; dialogar sobre aspectos que tangem a administração e organização das bibliotecas universitárias; e oferecer a contribuição necessária visando a racionalização e esclarecimento dos serviços desenvolvidos nas bibliotecas universitárias, cooperando para o desenvolvimento nacional. O evento teve como temática “A biblioteca como suporte do ensino e da pesquisa para o desenvolvimento nacional” (SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1979, p. 16), reafirmando a função das bibliotecas universitárias no comprometimento com o apoio e serviço ao desenvolvimento do ensino nas universidades (SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1979).

O próximo Seminário será realizado em 2016 na cidade de Manaus em sua 19ª edição, demonstrando seu comprometimento com as contribuições que as bibliotecas universitárias podem apresentar ao país, bem como discutindo sua integração com os mais diversos setores e necessidades da sociedade. Por meio da consolidação deste evento os bibliotecários comprometidos com o serviço que prestam a comunidade universitária e geral podem repensar suas ações e refletirem sobre novas metodologias (BARBALHO, 2015?).

### 3.2 COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (CBBU)

A Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) foi criada a fim de ser um órgão vinculado de assessoria à direção executiva da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) para responder junto aos órgãos governamentais e não governamentais acerca das bibliotecas universitárias e auxiliar no desenvolvimento das mesmas. Sua idealização aconteceu durante o quinto Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, tendo a recomendação de sua criação feita a FEBAB em 15 de janeiro de 1987 (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES, 2012).

A CBBU tem por finalidades (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES, 2012, p.1):

- a) promover a cooperação entre as Bibliotecas Universitárias;
- b) representar as Bibliotecas Universitárias junto aos órgãos governamentais e não governamentais;
- c) propor e participar de projetos e pesquisas que subsidiem a formulação de políticas públicas em áreas de interesse das Bibliotecas Universitárias;
- d) propor diretrizes e padrões para atuação das Bibliotecas Universitárias;
- e) promover a educação continuada dos profissionais que atuam nas mesmas;
- f) apoiar as bibliotecas universitárias das IES filiadas, no cumprimento de seus objetivos;
- g) promover o compartilhamento de serviços e produtos entre as bibliotecas filiadas;
- h) elaborar e editar documentos técnico-científicos;
- i) manter atualizado o cadastro das bibliotecas universitárias brasileiras, por intermédio da base de dados BIBES;
- j) colaborar na organização do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias – SNBU;
- k) promover a realização de encontros regionais e outros eventos profissionais voltados às bibliotecas universitárias.

A CBBU promove às instituições de ensino superior (IES) associadas um espaço para discussão de propostas de melhorias para as bibliotecas universitárias, além de reivindicarem a atenção e importância devida frente ao seu caráter de importante instrumento no desenvolvimento da comunidade formada por professores, alunos e pesquisadores.

### **3.2.1 Comitê Brasileiro de Desenvolvimento de Coleções (CBDC)**

O Comitê Brasileiro de Desenvolvimento de Coleções (CBDC) surge a partir de proposições e confluências de interesses na área por parte de bibliotecários que participam da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU).

Na primeira reunião realizada, em 2012, foram tratados assuntos relativos ao desenvolvimento da coleção impressa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFRGS). Nessa reunião estiveram presentes representantes da Biblioteca Central da UFRGS e da Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A segunda reunião realizada no mesmo ano foi realizada durante a reunião do CBBU realizado em Gramado com a presença de diretores de bibliotecas universitárias que indicaram a necessidade de criação do referido comitê. A terceira reunião, realizada em 2013, durante Reunião do Congresso Brasileira de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD) foi uma reunião do Grupo de Estudos em Desenvolvimento de Coleções e estiveram presentes bibliotecários que possuam envolvimento com desenvolvimento de coleções (DOURADO; ZATTAR, 2014).

A consolidação das propostas aconteceria em dois momentos: em reunião realizada na UNIRIO, na cidade do Rio de Janeiro, com bibliotecários do Brasil que desempenhavam trabalhos relacionados com desenvolvimento de coleções e em uma segunda reunião realizada na Universidade de São Paulo (USP), na cidade de São Paulo, em 2014, onde estiveram presentes bibliotecários das regiões Sul e Sudeste que fossem envolvidos com desenvolvimento de coleções, tratando então sobre a consolidação do grupo (DOURADO; ZATTAR, 2014).

O Comitê Brasileiro de Desenvolvimento de Coleções (CBDC) da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) é então criado em 2014, possuindo interinamente representantes das regiões Sul e Sudeste na direção com a participação de conselheiros de cada região do Brasil. Sua apresentação ocorreu no dia 25 de abril de 2014, durante o Encontro Regional de Bibliotecas Universitárias (ERBU) da Região Sudeste I realizado no Palácio Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (DOURADO; ZATTAR, 2014).

### 3.3 SISTEMA DE BIBLIOTECA E INFORMAÇÃO (SiBI)

A partir de uma comissão de bibliotecários em 1983, sob a coordenação da Professora Doutora Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, deu-se início ao desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI) da UFRJ, que tinha como objetivo maior a integração das bibliotecas pertencentes à Universidade no que cerne a questão das políticas administrativas e educacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-c]).

Atualmente, cabe ao SiBI desenvolver ações e políticas que estabeleçam um planejamento para todas as bibliotecas da rede, além de fomentar a pesquisa através do desenvolvimento constante do acervo e da produção científica vigente, bem como a utilização

e aplicação das novas tecnologias existentes a fim de que se possa otimizar o atendimento ao usuário com eficiência e rapidez (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-e]).

O SiBI representa a UFRJ junto a atividades práticas voltadas à Biblioteconomia e desenvolve, de forma ostensiva, ações voltadas para a implementação de preservação de acervos, desenvolvimento de coleções, tratamento técnico do mesmo, treinamento de usuários e capacitação profissional, além de gerenciar a Base de Dados Minerva para que se esteja sempre disponível para consulta e serviços (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-e]).

Por meio do gerenciamento do SiBI, anualmente é feita uma coleta de dados de todas as bibliotecas que integram o sistema, o que fornece à Base Gerencial (BAGER) informações que são utilizadas para a avaliação de todas as ações que devam ser tomadas a fim de que se possa reproduzir o padrão de excelência da UFRJ em suas bibliotecas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-e]).

Com relação às unidades, o SiBI da UFRJ é composta por 46<sup>5</sup> bibliotecas, divididas de acordo com os centros de Ensino e Pesquisa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-d]; PONTES, 2014).

No Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) possuem integradas 8 bibliotecas: Biblioteca Central do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN/BT); Biblioteca do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE); Biblioteca do Programa de Pós-graduação em Geografia (PGG); Biblioteca Prof. Sílio Vaz do Observatório do Valongo (OV); Biblioteca Prof. Leopoldo Nachbin do Instituto de Matemática (IM); Posto de Serviço de Informação do Polo de Xistoquímica (Xisto); Biblioteca Plínio Sussekind Rocha do Instituto de Física (IF); e Biblioteca Prof. Jorge de Abreu Coutinho do Instituto de Química (IQ) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-d]).

No Centro de Ciências da Saúde (CCS) possuem 14 bibliotecas Integradas: Biblioteca da Escola de Enfermagem Ana Nery (EEAN); Biblioteca do Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC); Biblioteca Asdrubal Costa do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG); Biblioteca do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC); Biblioteca da Faculdade de Farmácia (FF); Biblioteca do Polo de Xerém (P. Xerém); Posto de Serviço de Informação do Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé (NUPEM); Biblioteca de Recursos Instrucionais do NUTES (NUTES); Biblioteca do Hospital Universitário Clementino Fraga

---

<sup>5</sup> Segundo matéria publicada na Revista CRB7.

Filho (HU); Biblioteca Jorge Rezende da Maternidade Escola (ME); Biblioteca do Instituto de Ginecologia (Gineco); Biblioteca João Ferreira da S. Filho do Instituto de Psiquiatria (IPUB); Biblioteca do instituto de Microbiologia Prof. Paulo de Goés (IMICRO); e Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde (CCS/BT) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-d]).

No Centro de Tecnologia (CT) possuem 5 bibliotecas integradas: Biblioteca do Centro de Tecnologia (CT/BT); Biblioteca Professor Dirceu de Alencar Velloso (BPDAV); Biblioteca de Obras Raras ou Antigas do Centro de Tecnologia (BOR); Biblioteca Paulo Gever da Escola de Química (EQ); e Biblioteca Prof. Carlos Alberto Hemais do Instituto de Macromoléculas Prof<sup>a</sup> Eloisa Mano (IMA) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-d]).

No Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) constam 3 bibliotecas integradas: Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH/BT); Biblioteca do Colégio de aplicação da UFRJ (CAP); e Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-d]).

No Centro de Letras e Artes (CLA) constam 4 bibliotecas integradas: Biblioteca Lúcio Costa – Faculdade de Arquitetura (FAU/EBA); Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras (FL); Biblioteca Alberto Nepomuceno da escola de Música (EM); e Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes (EBA/OR) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-d]).

No Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) possuem 4 bibliotecas integradas: Biblioteca Eugenio Gudín do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE/BT); Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR); Biblioteca do Instituto COPPEAD de Administração (COPPEAD); e Biblioteca Carvalho de Mendonça da Faculdade Nacional de Direito (FDIR) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-d]).

No Fórum de Ciência e Cultura (FCC) constam 3 bibliotecas integradas: Biblioteca Pedro Calmon do Fórum de ciência e Cultura (BPC); Biblioteca do Museu Nacional (MN); Biblioteca Francisca Keller do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-d]).

No Campus Macaé possui uma biblioteca: Biblioteca Campus UFRJ-Macaé Professor Aloisio Teixeira (CM/BC). Cabe aqui ainda citar a existência um Centro de Memória Acadêmica (CMA) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [201-d]).

## 4 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Podem-se diferenciar os serviços realizados nas bibliotecas como atividades meio e atividades fim. Nas atividades meio são realizados todos os procedimentos necessários para a disponibilização de um item a fim de atender ao usuário, ou seja, realização de etapas para o fornecimento final do produto da biblioteca. Dentre as atividades que compõe o serviço meio o desenvolvimento de coleções ocupa um espaço importante uma vez que ele se ocupa da definição da política de seleção, seleção e aquisição dos itens que virão a ser um dos produtos finais da biblioteca.<sup>6</sup> Juntamente com o desenvolvimento de coleções o processamento técnico que engloba a catalogação, indexação e o preparo para a circulação dos itens, formam o corpo de atividades meio de uma biblioteca. Nas atividades fim são realizadas ações para promoção da biblioteca como a divulgação e realização de eventos, e os serviços direto a usuários como o serviço de referência e circulação de itens, seja por meio de consulta local e empréstimo, seja por empréstimo entre bibliotecas. Nas atividades fim são prestados os serviços para o qual a biblioteca se destina. As atividades meio devem estar sempre voltadas para atingir os objetivos previstos das atividades fim (MACIEL, 1995).

Dentre as atividades acima exemplificadas, o desenvolvimento de coleções possui uma característica muito importante que a diferencia de outras áreas: o fato de não possuir início meio e fim. A catalogação, a indexação, a referência e a circulação, por exemplo, possuem procedimentos com início meio e fim controlados. O desenvolvimento de coleções é um processo cíclico, o que significa dizer que está o tempo todo se retroalimentando, uma vez que desenvolver e monitorar as coleções é algo ininterrupto, como afirma Dias e Pires (2003).

Desenvolvimento de coleções, mais que um conceito, é um processo com etapas distintas e definidas no campo da Biblioteconomia e que vem em franco desenvolvimento desde o final da década de 60 e início de 70 de acordo com Vergueiro (1989). Atualmente, pode-se notar o reconhecimento por parte da comunidade de bibliotecários sobre a impossibilidade de acumular todos os recursos informacionais produzidos e publicados, somado a isso se destaca a transposição da oferta de produtos para oferta de serviços. Quanto a esta mudança Lankes (2012) afirma que a mesma é reflexo da missão das bibliotecas e de como elas veem o seu público. Segundo o autor a mudança está no olhar e no reconhecer-se. “Não é a biblioteca como um serviço, mas como uma servidora”.

---

<sup>6</sup> Para fins de entendimento, adotou-se neste parágrafo a ideia de produto, presente no paradigma anterior da Biblioteconomia onde a função da biblioteca é disponibilizar o acesso à informação. Na atualidade, de acordo com o novo Paradigma da área, a biblioteca não entrega um produto, mas um serviço a comunidade onde se insere.



Cabe aqui ressaltar que o desenvolvimento de coleções sempre existiu. A diferença reside no olhar sobre o tema, que como afirma Vergueiro (1993, p. 14):

Sob certos aspectos, é uma temeridade afirmar-se que a preocupação com uma seleção mais cuidadosa dos materiais a serem incorporados ao acervo surgiu na década de 60 ou 70. Esta preocupação parece sempre ter existido, mas localizava-se muito mais no acréscimo de novos títulos à coleção, no sentido da "construção" [...].

Sendo assim, tem-se que o que ocorreu foram as mudanças de paradigmas da área de desenvolvimento de coleções. Enquanto no início o foco era o acúmulo de tudo que era produzido, como sinônimo de poder e riqueza. Com a constatação da impossibilidade de se acumular tudo, este foco teve de sofrer mudanças. O foco já foi o acesso; já foi a oferta de produtos. Hoje é o estar a serviço da comunidade. Quanto a isso, Vergueiro diz que “Já de alguns tempos para cá a questão do tamanho da coleção deixou de ser o ponto mais importante para os profissionais da biblioteconomia.” (1989, p. 11).

Uma questão importante que emerge da reflexão sobre desenvolvimento de coleções reside na ideia de que “desde os tabletes de argila ao documento eletrônico não há como formar e desenvolver coleções sem se deparar com questões próprias da natureza do processo, tais como o que se vai coleccionar, por que, para quê e para quem coleccionar.” (WEITZEL, 2002, p. 61).

O foco deste trabalho se debruça na questão do para quem coleccionar. Uma vez que a biblioteca tem por razão de existir servir a comunidade, o pensamento primeiro no desenvolvimento de coleções deve assim residir no serviço que a mesma presta. Entendendo a comunidade na qual se insere e serve se tem um panorama das necessidades informacionais e de recursos que estes precisam a fim de que cresçam como diz Lankes (2012) “A missão de uma biblioteca é melhorar uma sociedade facilitando a criação de conhecimento em uma comunidade.”.

#### 4.1 HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

A formação de uma biblioteca está diretamente ligada à comunidade e aos fins ao qual ela sirva. Não importa seu período na História: suas finalidade e ação sempre atenderão a um propósito específico. Este propósito mudará de acordo com as mudanças de paradigmas da Biblioteconomia e, principalmente, de acordo com a visão que os próprios bibliotecários tenham da área e do serviço realizado.

No que tange ao desenvolvimento de coleções pode-se notar que desde a antiguidade, com a formação das primeiras bibliotecas, sempre existiram políticas que fundamentaram a formação do acervo. De forma geral, a diferença entre as bibliotecas da antiguidade e as do pós década de 60 do século XX, reside na consciência da existência desta política. Cabe mencionar aqui que, ao fim da Idade Moderna, começa-se a perceber a transição desta mentalidade. Até então, o ato de selecionar era considerado como algo comum da rotina do bibliotecário, e sem a devida importância (VERGUEIRO, 1989).

O termo desenvolvimento de coleções é bastante recente se tomado como parâmetro a existência do serviço dentro das bibliotecas (VERGUEIRO, 1993 apud WEITZEL, 2002). Isto se deve ao fato de que, desde a antiguidade, isto é, considerando a existência das primeiras bibliotecas, as atividades de seleção e aquisição sempre estiveram presentes na mesma pois a formação das bibliotecas dependiam delas. Quanto a isso, afirma Weitzel (2002, p. 61): “Em decorrência de sua função primeira, selecionar obras para constituir bibliotecas, é possível afirmar que a seleção seja uma atividade inerente às coleções.”

Embora a meta fosse armazenar toda a informação produzida no mundo, a partir da explosão bibliográfica do século XX no pós-guerra se constatou a impossibilidade de realização da mesma, devido ao crescimento exponencial da produção informacional. Sendo assim, viu-se a necessidade de se pensar nas coleções das unidades de informação de acordo com o seu público-alvo. Esta prática resulta no desenvolvimento de coleções, onde a coleção é formada a partir das necessidades informacionais de um público, levando-se em consideração o espaço físico e os recursos humanos e financeiros para tal.

O processo de desenvolvimento de coleções sofreu mudanças significativas ao longo dos anos. Na Biblioteca de Alexandria, por exemplo, permanecia o ideal de acumulação. Devido à baixa produção de livros de forma que estivesse ao acesso de todos, a lógica da acumulação foi totalmente viável da Antiguidade a Idade Moderna. Tal fato pode ser observado nas duas formas como as bibliotecas formavam suas coleções: “comprar o que fosse possível ou solicitar como doação às pessoas ou instituições” (WEITZEL, 2009, p. 5). O fato só começaria a mudar com a invenção da imprensa por Gutenberg em 1448. Esta invenção fora importante, pois promoveu a laicização do conhecimento e a abertura da informação. Mais informação pode ser produzida nas universidades e difundida pelas mesmas, bem como possibilitou a criação das bibliotecas universitárias (WEITZEL, 2002).

Gabriel Naudé, em 1627, apresenta questionamentos e proposições relevantes ao desenvolvimento de Coleções por meio de seu tratado *Avis pour dresser une biblioteque*, que defendeu a ideia de que as bibliotecas deveriam deixar o ideal de acumulação para adotar a

postura de selecionar coleções úteis aos usuários. Outra ideia inovadora de Naudé é a de bibliotecas em rede, para que deixando o isolamento de cada uma, passassem a juntas disseminar a informação do todo (WEITZEL, 2002; 2009).

Após a abertura maior do tema de desenvolvimento de coleções por Naudé no século XVII, diversos autores escrevem manuais para o desenvolvimento de coleções durante o século XIX. E os escritos destes autores serviram de diretrizes e parâmetros para muitas das ideias que se tem até hoje nos processos de desenvolvimento de coleções (WEITZEL, 2009).

A mudança da perspectiva acumulativa para a seletiva de acordo com as necessidades do público foi acontecendo aos poucos, motivada pela a grande produção científica e tecnológica durante o século XX e a conseguinte intensificação da comunicação científica. Durante a Segunda Guerra Mundial, este tipo de produção aumentou exponencialmente, fenômeno este que ficou conhecido como explosão bibliográfica e que acabou impossibilitando de qualquer forma o armazenamento de todo o conhecimento (WEITZEL, 2009).

Outro fator foi a constatação, em 1960, por parte dos norte-americanos, da impossibilidade de armazenamento de toda informação produzida, embora estivessem empreendendo na construção de um espaço para tal. A partir destas constatações, tanto na Europa, quanto na América, se sacramentou a utilização do termo desenvolvimento de coleções como o ato de se pensar na coleção que se forma de acordo com a comunidade em que se insere a unidade de informação, o espaço físico e os recursos financeiros e humanos da mesma. A partir disto, a área de desenvolvimento de coleções passa receber mais atenção e estudos a fim de se aprimorá-la (WEITZEL, 2002). Assim, é nessa década que o desenvolvimento de coleções se torna peça fundamental no que cerne a administração das coleções, a fim de que se possa atender plenamente o público para o qual aquela unidade de informação fora criada. Segundo Weitzel (2002, p. 64): “As coleções passaram, então, a ser um produto resultante das necessidades institucionais e, consequentemente, de seus clientes internos e externos.”.

Na década de 1990 em meio a uma crise mundial que se refletiu em todas as bibliotecas com a escassez cada vez maior de recursos, Nice Figueiredo (1990, p. 31) reforça a visão de que o desenvolvimento de coleções deve ser encarado por todo administrador de bibliotecas como o ato de buscar a “[...] satisfação das necessidades informacionais dos usuários.” Na perspectiva de Figueiredo (1990) essa satisfação é alcançada por meio da facilitação do acesso ao acervo e recursos que a biblioteca oferece, e que a meta para a unidade de informação é selecionar itens que possam ter a maior utilização por parte dos

usuários. A autora salienta ainda que por meio da constatação feita na década de 1960, os bibliotecários devem ter consciência de que a cooperação entre bibliotecas para fins de utilização dos recursos não é mais uma opção, mas uma necessidade real e que deva constar em toda biblioteca (FIGUEIREDO, 1990).

Pode-se observar assim, que desde as proposições feitas por Gabriel Naudé em 1627, passando pelos manuais do século XIX, a constatação da impossibilidade de se armazenar tudo na década de 1960 até o reforço de Nice Figueiredo em 1990 a visão pouco se alterou. Em todas elas se entende que a coleção deva ser desenvolvida para a satisfação do usuário e que a máxima do paradigma do acesso é o que move o desenvolvimento de coleções, aliados a ideia de cooperação entre bibliotecas a fim de sanar a impossibilidade de se ter sob guarda toda a produção informacional.

Weitzel (2002) apresenta o desenvolvimento de coleções como uma atividade técnica própria da Biblioteconomia, com soluções advindas da administração, mas que, almeja servir a comunidade na qual se insere acompanhando os avanços da tecnologia. O desenvolvimento de coleções aqui é mais do que a busca pela satisfação do usuário: é uma atividade administrativa, com fins estabelecidos pela política de desenvolvimento de coleções, que por sua vez fora criado sob a ótica das necessidades informacionais dos usuários, buscando oferecer a informação mais atual e de qualidade não importando em que meio esteja, se físico ou digital.

Para Weitzel (2002) é importante o desenvolvimento de coleções acompanhar os avanços tecnológicos para suprir a demanda atual de recuperação da informação em meios eletrônicos. A internet, como a própria autora cita, representa uma nova explosão informacional (WEITZEL, 2002, p. 66):

Assim como o fenômeno da explosão bibliográfica delineou cenário favorável ao florescimento da área de desenvolvimento de coleções, alterando o paradigma centrado no armazenamento para o acesso, o advento da Internet, que num primeiro momento legitima esse novo modelo, reproduz hoje a explosão informacional em meio digital de modo instantâneo.

Tem-se assim que o desenvolvimento de coleções, segundo Weitzel (2002), a partir da década de 2000, como um processo que atende a questão da satisfação do usuário uma vez que realiza de forma plenas etapas técnicas deste processo, oferecendo assim a melhor e mais atualizada informação, seja em meio físico, digital ou eletrônico para o acesso imediato do usuário.

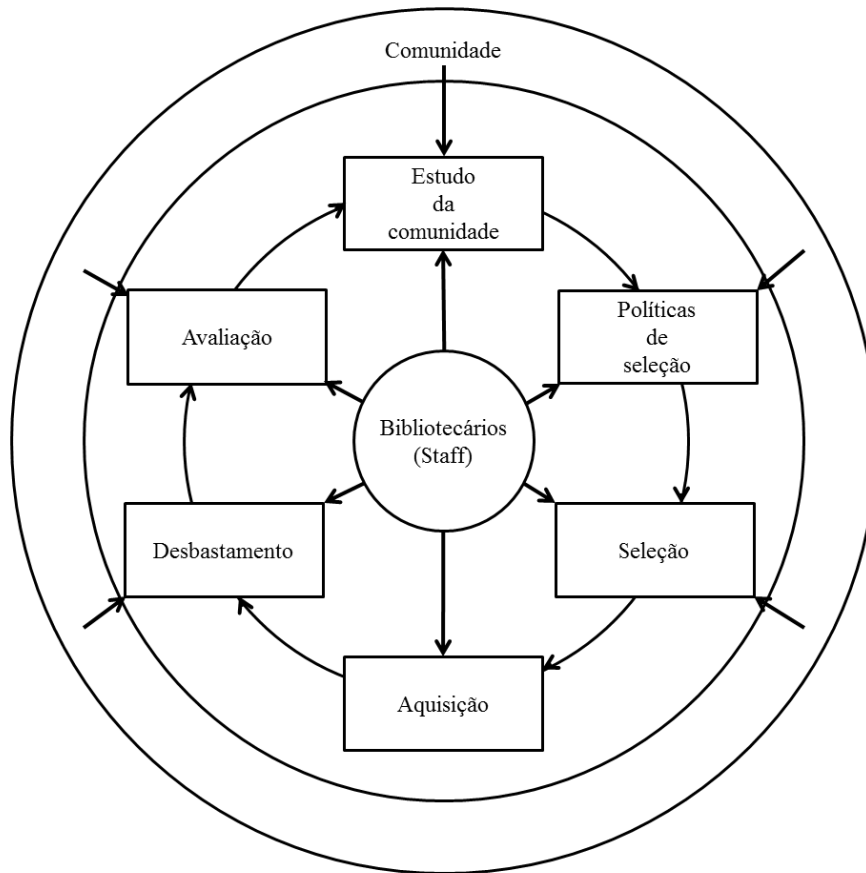
Lankes (2012) apresenta o desenvolvimento de coleções não como a busca da satisfação do usuário nem do ponto de vista do acesso a imediato e do processo técnico, mas sim pela ótica do serviço. Desenvolver coleções é, acima de tudo olhar para a biblioteca como um local que está a serviço da comunidade para desenvolver o indivíduo e o coletivo a partir do acesso à informação e aos produtos disponíveis na mesma. Para Lankes (2012) “[...] a biblioteca [...] na verdade é a comunidade [...]”, sendo ela própria a comunidade nada mais coerente que o desenvolvimento de coleções ser um reflexo do atendimento das necessidades de crescimento da própria comunidade que é entendida por Lankes (2012) como “[...] um grupo de pessoas que se reúnem em torno de algo que tem em comum”.

Por tudo isso apresentado até aqui, buscou-se observar como o olhar para o desenvolvimento de coleções mudou ao longo do tempo.

#### 4.2 ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

No que tange ao desenvolvimento de coleções como processo destaca-se o que Vergueiro (1989) apresenta como modelo de processo de desenvolvimento de coleções proposto a partir de G. Edward Evans (1979). De acordo com esse modelo o processo de desenvolvimento de coleções é cíclico, estando todas as etapas com a mesma importância e tendo a figura do bibliotecário responsável como central. Em torno está a comunidade atendida pela biblioteca, influente em todos os processos, com exceção da etapa de aquisição, pois se trata de uma tarefa pertinente somente ao bibliotecário. O modelo do processo de desenvolvimento de coleções elaborado por Evans (1979, p. 20) e traduzido por Vergueiro (1989, p. 17):

Figura 1 – Processo de desenvolvimento de coleções por Evans



Fonte: Vergueiro (1989, p. 17).

As etapas do desenvolvimento de coleções são:

- a) estudo da comunidade;
- b) política de seleção;
- c) seleção;
- d) aquisição;
- e) desbastamento;
- f) avaliação.

O estudo da comunidade consiste em observar e entender a comunidade total a qual aquela biblioteca serve. Um erro comum entre os bibliotecários como cita Vergueiro (1989) é o de olhar para as necessidades somente do usuário real da biblioteca, restringindo assim a estes a noção de comunidade.

Para cada tipo de biblioteca há uma comunidade a ser contemplada. Sendo assim, a comunidade total a qual a unidade de informação serve pode ser mais ou menos abrangente. Independentemente da especificidade da abrangência de público, a biblioteca deve ter sua coleção desenvolvida pensando na totalidade da comunidade, e não somente num determinado público que já a frequente (VERGUEIRO, 1989).

Para se entender esta comunidade, o bibliotecário necessitará realizar pesquisas e estudos sobre a mesma, levando-se em consideração os mais diversos aspectos, tais como a história, a realidade econômica e social, geográfica, demográfica, política, dentre outras. Poderá apoiar-se também em pesquisas realizadas por outras instituições que tenham coletado estes e outros dados, como por exemplo, as pesquisas de senso do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) (VERGUEIRO, 1989).

A política de seleção consiste em aliar em formato documental as necessidades da comunidade, a qual serve com os objetivos e metas da unidade de informação. São estabelecidas na política de seleção todas as diretrizes para se definir os tipos de itens e em quais condições eles podem entrar ou serem retirados da coleção. Desta forma, este documento abrange a análise do estudo de comunidade, estabelecimento do acervo que será desenvolvido, metas e objetivos da unidade de informação e a forma como será conduzida a vida dos itens na biblioteca, passando desde a aquisição, avaliação e descarte (VERGUEIRO, 1989).

A etapa de seleção é algo muito particular e individual de cada bibliotecário. Sua análise deve atender ao que fora estabelecido na política de seleção, buscando sempre ter em mente que os itens que ele irá selecionar devem atender a comunidade a qual serve a biblioteca e que, cada item faz parte de um projeto informacional maior cuja meta foi estabelecida na política de seleção. Dentre os recursos disponíveis (cada vez mais escassos), e as necessidades de materiais da biblioteca, cabe ao bibliotecário realizar sua ponderação e fazer a melhor seleção possível. Devido a isto esta etapa é considerada tão subjetiva e particular, variando de bibliotecário para bibliotecário, pois não existem regras predefinidas quanto esta ponderação (VERGUEIRO, 1989).

A aquisição, única etapa que não tem ligação direta com a comunidade, é uma etapa puramente administrativa. Consiste na busca pela posse dos itens selecionados como desejosos pela biblioteca (lista de desiderata) da maneira mais rápida possível e pelo menor custo possível. Para tal, faz necessário coletar informações sobre os itens, sua disponibilidade no mercado, listar fornecedores, comprar visando o menor custo e racionalizar os recursos para aquisições futuras (VERGUEIRO, 1989).

Devido a cada vez maior escassez de recursos financeiros nas unidades de informação, outros recursos para aquisição de itens se mostram de grande importância, são eles a doação e permuta. Na doação, o bibliotecário avalia a pertinência do item que será recebido de acordo com a política de seleção. São considerados a relevância do item, estado físico, raridade, dentre outros aspectos. A permuta consiste na troca entre bibliotecas de itens que, uma vez já julgados não pertinentes para a mesma, e tendo em outra unidade itens de seu interesse, se procede a troca. Os mesmos critérios da doação são aplicados na permuta. Ambas representam uma excelente forma de aquisição de itens por um baixo custo ou até mesmo custo zero (VERGUEIRO, 1989).

O desbastamento vai além do descarte de materiais. Representa uma etapa a fim de se organizar de maneira harmoniosa a coleção. Itens de menor utilização dão lugar a outros na prateleira de destaques e novas aquisições; itens desgastados saem para serem restaurados; itens também são retirados para serem doados trocados ou descartados. O desbastamento é uma tarefa importante que visa manter a biblioteca em constante movimento e atualização (VERGUEIRO, 1989).

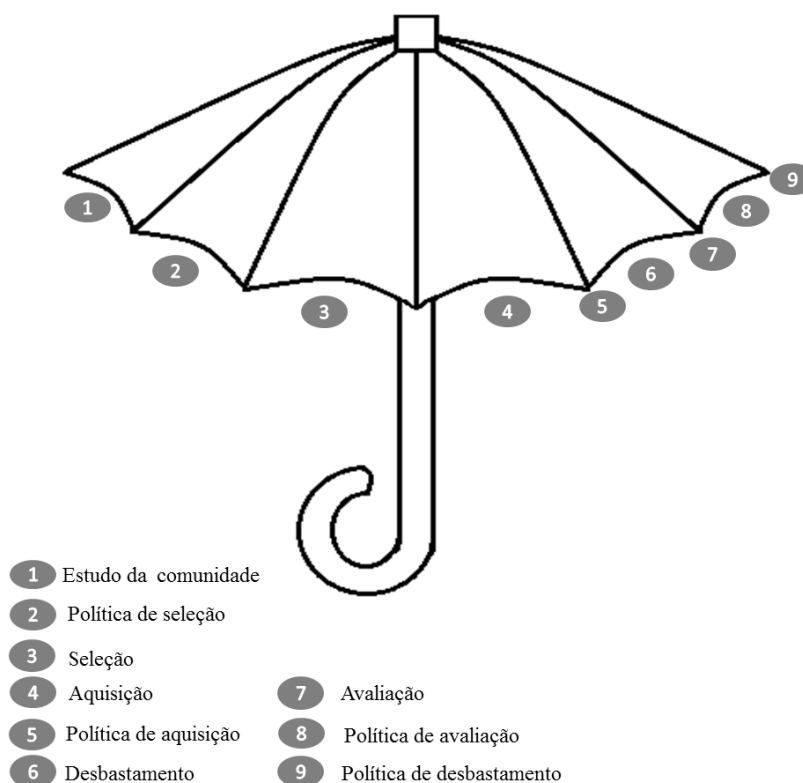
A avaliação diz respeito a considerar, de acordo com a política de seleção, se os itens da biblioteca estão em consonância com o mesmo e se está atendendo aos anseios da comunidade. Levam-se em conta aspectos quantitativos, isto é, se a quantidade de exemplares atende ao uso e necessidade; qualitativos, onde se busca saber se os itens estão atendem as necessidades de acordo o estado do material, e conteúdo; e o fator de uso que mede o uso dos itens pela comunidade (VERGUEIRO, 1989).

Para Weitzel (2013), o processo de desenvolvimento de coleções é um pouco mais complexo, possuindo assim nove etapas. Para a autora não há apenas etapas e uma grande política a ser seguida: cada etapa, com exceção de estudo de comunidade, tem sua própria política que se torna a diretriz que guiará a biblioteca em cada momento do desenvolvimento de coleções. A junção de todos esses processos e políticas, onde cada etapa possui relação com as demais é que forma o todo denominado desenvolvimento de coleções. É importante destacar que, para que cada etapa seja seguida de forma coerente e unívoca pelos bibliotecários que trabalham na instituição, faz-se necessário que se tenha uma política estabelecida para manter o processo dentro dos padrões estabelecidos. Weitzel (2013) ressalta que a literatura existente tem uma supervalorização com a política de seleção em detrimento das outras políticas que também são muito importantes. Isto se deve ao fato de a aplicabilidade da política de seleção ser mais visível que as políticas de aquisição, avaliação e



desbastamento. Independente desta visibilidade deve-se reconhecer o papel das demais políticas (WEITZEL, 2013).

Figura 2 – Processo de desenvolvimento de coleções por Weitzel



Fonte: Weitzel (2013, p. 21).

O estudo da comunidade é ressaltado por Weitzel (2013) como um instrumento de grande valia para o desenvolvimento de coleções. Por meio dele, são coletados dados relativos à comunidade na qual a biblioteca se insere de forma quanti-qualitativa. Trabalhando-se os dados, definindo um perfil dos usuários, entendem-se quais as necessidades informacionais daquela comunidade para que se possam estabelecer as políticas do desenvolvimento da coleção (WEITZEL, 2013).

A política de seleção é um documento elaborado a fim de dar todas as diretrizes que nortearão a seleção dos itens que devem ser adquiridos para sanar as necessidades informacionais da comunidade onde a biblioteca se insere. Esta política deve conter em sua redação cinco itens básicos: “identificação dos responsáveis pela seleção de materiais; os critérios utilizados no processo; os instrumentos auxiliares; as políticas específicas; os documentos correlatos” (VERGUEIRO, 1995 apud WEITZEL, 2013, p. 28).

Em relação a identificação dos responsáveis pela seleção de materiais, Weitzel (2013) se apoia na ideia de Vergueiro (1995) de que o melhor caminho seria a formação de uma comissão responsável, onde se tenha representantes de todas as esferas da comunidade e da biblioteca, a fim de que seja discutido por todos e se chegue a identificação dos materiais de maior e menor necessidade para o público. A figura do bibliotecário nesta comissão, afirma Weitzel (2013) é de vital importância na mediação, condução das discussões, análise dos pedidos e prover a comissão de informações sobre o acervo devido seu conhecimento sobre o mesmo. Os critérios de seleção são a identificação e estabelecimento formal dos critérios que serão utilizados e aceitos para se selecionar os materiais que serão aceitos ou refutados para o acervo. Em Weitzel (2013) veem-se os mesmos agrupados em três grandes áreas dos critérios que seriam quanto à natureza do documento, usuário e outros aspectos relevantes. A junção destes critérios deve, acima de tudo, refletir a comunidade e a missão da instituição (VERGUEIRO, 1995 apud WEITZEL, 2013). Weitzel (2013, p. 31) salienta ainda que “[...] para que os critérios possam ser aplicados no processo de seleção é necessário objetivá-los, isto é, criar mecanismos para verificação e validação dos critérios por cada item que seja objeto de seleção.” Sendo assim, entende-se que os critérios definidos para seleção devam ser claros, aplicáveis e de fácil percepção por qualquer integrante da comissão. Contudo, não se deve apenas considerar os itens que são elencados na comissão de responsáveis. O bibliotecário deve, a fim de se selecionar materiais pertinentes ao perfil da comunidade em que se insere, se apoiar e trazer itens que não sejam de conhecimento comum e rotineiro da comunidade e membros da comissão. Para tal, o bibliotecário deve utilizar instrumentos auxiliares de fontes para se alcançar uma maior completude em relação à finalidade da coleção que se deseja formar (WEITZEL, 2013).

As políticas específicas retratam as necessidades especiais que se deva ter como critério de seleção para itens e coleções que estejam fora da abrangência da coleção em geral tais como obras raras, trabalhos acadêmicos, materiais diferenciados, dentre outros. Neste caso, para cada tipo de item, se deve ter um tipo de política específica (WEITZEL, 2013).

Os documentos correlatos são aqueles no qual a comissão e o bibliotecário selecionador se apoiam para definir os critérios de seleção. Dados documentais, bem como formulários para pesquisa e uso dos usuários devem ser agrupados, identificados e tratados juntos (WEITZEL, 2013).

Vergueiro (1998) afirma que a seleção “[...] é um processo de tomada de decisão título a título. Portanto, não é possível selecionar por lotes, uma vez que cada título deve ter seu lugar no acervo, uma razão para estar ali.” (VERGUEIRO, 1998 apud WEITZEL, 2013, p.

36). Devido a isto, a seleção deve ser feita de forma cuidadosa, responsável e paulatinamente, avaliando item a item a fim de que não se selecione para estar na coleção nada que não seja realmente necessário ou de utilidade para a comunidade. Tal ato pode resultar em mau investimento dos recursos (Cada vez mais escassos) destinados à biblioteca. A seleção é de fato, a ação e a concretização dos critérios estabelecidos na política de seleção para serem executados passo-a-passo. Ao fim da seleção tem-se a formação da lista desiderata, isto é, a lista de itens aprovados para aquisição da biblioteca e encaminhada ao setor de aquisição (WEITZEL, 2013).

Na aquisição se procede à localização dos “[...] itens identificados no processo de seleção agregando-os às coleções por meio de compra, permuta ou doação.” (WEITZEL, 2013). Para a execução desta tarefa, o bibliotecário deve racionalizar custos, ser ágil e preciso, a fim de atender a comunidade com os itens da melhor forma e o mais breve possível (EVANS, 2000 apud WEITZEL, 2013). Outro ponto importante para o bibliotecário de aquisição é o monitoramento dos processos de compra, isto é, estágio no qual está o processo, identificação e contato direto com os fornecedores, sejam eles para a compra, doação ou permuta. Ter bem controlado todo o processo, irá influir na agilidade e previsão de disponibilidade dos itens à comunidade (WEITZEL, 2013).

Weitzel (2013) aponta que, segundo Andrade e Vergueiro (1996) e Maciel e Mendonça (2000) a política de aquisição conta com 10 elementos fundamentais, sem os quais a mesma não é executada de forma plena, a saber (WEITZEL, 2013, p. 51-55):

- a) responsabilidade pela atividade;
- b) definição das prioridades de aquisição;
- c) determinação de fontes de financiamento e captação de recursos;
- d) estabelecimento de diretrizes para alocação de recursos;
- e) detalhamento dos processos e rotinas para compra, doação e permuta;
- f) definição dos instrumentos auxiliares aplicáveis para aquisição;
- g) orientação para escolha de fornecedores;
- h) definir critérios para o registro das diferentes coleções para fins de identificação de patrimônio;
- i) descrição da participação da biblioteca em planos ou programas de aquisição cooperativa;
- j) adoção de programas para controle e acompanhamento automatizado dos processos de aquisição.

A “responsabilidade pela atividade” (WEITZEL, 2013, p. 51) é a definição da pessoa responsável pela aquisição dos itens. O mesmo deve estar em contato e consonância com o responsável do setor de seleção. A “definição das prioridades de aquisição” (WEITZEL, 2013, p. 51) é o estabelecimento em uma escala de importância para as necessidades informacionais da biblioteca dos itens presentes na lista desiderata entregue pelo setor de seleção. Por meio dessa lista, comparando-se com os recursos disponíveis para aquisição e a demanda pela utilização do item na biblioteca, se estabelece as prioridades de um item em detrimento a outro, bem como o tempo para a chegada e disponibilização destes na biblioteca; a “determinação de fontes de financiamento e captação de recursos” (WEITZEL, 2013, p. 52) refere-se ao entendimento da proveniência dos recursos financeiros para a aquisição na biblioteca. Identificando de onde provém e o quanto provém, pode-se traçar formas de se conseguir apoios e financiamentos para suprir as necessidades de recursos para se conseguir a completude do processo de aquisição. O “estabelecimento de diretrizes para alocação de recursos” (WEITZEL, 2013, p. 52) requer o conhecimento da comunidade onde a biblioteca se insere. Deve-se utilizar o estudo de comunidade e as diretrizes adotadas na política de seleção para que, na alocação dos recursos, se atenda de forma justa as áreas da biblioteca na qual a comunidade necessite de maiores recursos. O “detalhamento dos processos e rotinas para compra, doação e permuta” (WEITZEL, 2013, p. 53) se trata da descrição do processo, desde o momento em que se estabelece o que pode ser adquirido por compra e o que pode ser adquirido por troca e doação. Além disso, se detalha desde o pedido até a chegada do item, bem como a proporção da forma de aquisição dos itens. Tudo isso auxilia no entendimento do processo e o seu tempo de execução para atividades futuras. A “definição dos instrumentos auxiliares aplicáveis para aquisição” (WEITZEL, 2013, p. 53) refere-se à utilização de instrumentos para tomada de preços dos itens, bem como para levantamento de referências dos itens e identificação de fornecedores. A “orientação para escolha de fornecedores” (WEITZEL, 2013, p. 54) traça um perfil dos fornecedores dos itens escolhidos na seleção. Por meio deles se tem quais fornecedores seriam melhores para determinados tipos de títulos no que tange a preço e rapidez na chegada dos itens a biblioteca pois estas duas variáveis são imprescindíveis no momento da aquisição: preço e tempo. “Definir critérios para o registro das diferentes coleções para fins de identificação de patrimônio” (WEITZEL, 2013, p. 54) é ponderar entre a necessidade de registrar o item como patrimônio da biblioteca e a intervenção física do item. Por isso, deve-se criar registros que demonstrem seu caráter único na biblioteca, sem cometer excessos que venham a danificar a estrutura física e informacional

do item. A “descrição da participação da biblioteca em planos ou programas de aquisição cooperativa” (WEITZEL, 2013, p. 55) se torna de grande importância para a biblioteca uma vez que sua participação implica em condições contratuais que devem ser respeitadas. Para que não haja quebra contratual, seus contratos devem estar anexados a política de aquisição. Cabe ressaltar também que esta modalidade de aquisição cooperativada auxilia muito na redução dos custos para a aquisição de itens nas bibliotecas. A “adoção de programas para controle e acompanhamento automatizado dos processos de aquisição” (WEITZEL, 2013, p. 55) é algo importante, porém deve ser ponderado os custos para tal implementação. Quando se procura participar todos os setores do processo de desenvolvimento de coleções, bem como monitorá-los principalmente na seleção (formulação da lista desiderata e de itens não contemplados) e aquisição (método de aquisição, fornecedores, tempo de entrega, custo e alocação de recursos).

Por mais que se busque atender as necessidades informacionais da comunidade na qual a biblioteca se insere, traduzindo-as e selecionando itens para atendê-las, bem como os adquirindo, falhas podem ocorrer e nenhum item é absoluto. Um item considerado de vital importância para o acervo pode sê-lo por um tempo e depois tornar-se obsoleto. Um item considerando não tão importante pode ser tão procurado que o número de exemplares pode não ser suficiente. É necessário, portanto, que o acervo esteja em constante monitoramento, o que aqui é chamado de avaliação. O processo de avaliação é bastante complexo, o que denota a utilização de uma equipe responsável para tal e planejamento. Esta equipe deve ser capaz de utilizar metodologias que venham a dar um panorama sobre a utilização e estado físico do acervo (WEITZEL, 2013).

Para Weitzel (2013) a política de avaliação de coleções toma por princípios básicos a responsabilidade pela avaliação, definição dos critérios e os métodos que serão utilizados para a execução da avaliação. A responsabilidade pela avaliação deve ser atribuída a um bibliotecário que domine técnicas de avaliação e processamento dos dados obtidos, porém a avaliação deva ser feita por uma equipe; a definição dos critérios deve estar em consonância com os objetivos da comunidade onde a biblioteca se insere, bem como o regimento da biblioteca. Para definição de bons critérios, é necessário que a equipe esteja atualizada em relação à comunidade e à missão da biblioteca. Em relação a metodologia aplicada para a avaliação, deve-se utilizar dentre as mais diversas que se apresentam no meio científico a que mais se adeque a realidade da biblioteca e de sua comunidade a fim de se conseguir traduzir da forma mais fiel possível os dados obtidos com a avaliação em relação as necessidades da comunidade. O desbastamento dentro da política de desenvolvimento de coleções assume

uma função importante, uma vez que ele é responsável por renovar a vida da biblioteca, pois permite a reorganização do acervo ou até mesmo a retirada definitiva de um item (WEITZEL, 2013).

De acordo com Figueiredo (1998 apud WEITZEL, 2013) o desbastamento ocorre tanto para remanejar itens quanto para descartá-los por completo. Weitzel (2013, p. 66) afirma que “o descarte ocorre principalmente quando as obras não atendem mais perfil da instituição e/ou comunidade.” Desta forma, os itens descartados são retirados do acervo da biblioteca e se dá a baixa patrimonial do mesmo, disponibilizando-o para doação. Em geral, os itens não são sumariamente descartados de pronto. Deve haver o cuidado, pois um erro pode levar a biblioteca a perder um item que ainda possua valor. Desta forma, instrui-se que ao realizar o descarte, primeiramente se coloque o item em um depósito por um tempo específico. Após este período e sem haver qualquer procura ou consulta ao item, se proceda ao descarte com a baixa patrimonial do mesmo. Em relação ao desbastamento para remanejamento serve para realocar itens, colocando os de menor expressão e importância para a comunidade em locais de menor acessibilidade, ou para manutenção devido a danos causados por utilização, depredação ou ação de fungos e insetos (WEITZEL, 2013).

Para Weitzel (2013), a política de desbastamento que rege o seu processo contém quatro aspectos principais: o responsável pelo processo, os critérios utilizados, o método utilizado e os aspectos do ponto de vista legal e administrativo. Primeiramente é necessário o estabelecimento de um bibliotecário responsável por conduzir o processo de desbastamento bem como de uma equipe para tal instituídos formalmente tais quais a equipe de seleção e de aquisição; nos critérios para desbastamento se recorre a política de seleção primeiramente, a fim de se verificar se o item ainda atende as necessidades da comunidade. Posteriormente, se define aqui os critérios do desbastamento como remanejamento dos itens, retirada para depósito, tempo de guarda no depósito e descarte, tudo minuciosamente detalhado para não incorrer no risco de se descartar um item com importância para a biblioteca; os métodos para desbastamento devem estar em consonância com os critérios empregados no desbastamento e a política de avaliação a fim de que não haja discordância entre eles; os aspectos legais e administrativos devem ser observados para não se cometer nenhuma ilegalidade em relação as normas da instituição ao qual a biblioteca é subordinada ou até mesmo a regras gerais da própria biblioteca (WEITZEL, 2013).

#### 4.3 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

A política de desenvolvimento de coleções surge como a diretriz para o desenvolvimento de coleções, pois reúne em si a descrição de todas as etapas e de suas respectivas políticas. Por meio dela é que se consegue desenvolver uma coleção de forma sólida e de maneira constante, conforme afirma Vergueiro (1989, p. 25): “[...] apenas a existência de tal documento pode garantir [...] uma coleção consistente e um crescimento balanceado dos recursos informacionais da biblioteca.” Por conter o detalhamento de todas as etapas e do estado atual do acervo, a política de desenvolvimento de coleções opera como um instrumento eficaz de consulta para os bibliotecários almejando a execução acertada em qualquer etapa do processo de desenvolvimento de coleções (VERGUEIRO, 1989).

Miranda (2007) e Vergueiro (1989) apontam que a elaboração da política de desenvolvimento de coleções só deva ser executada mediante a posse de quatro dados básicos: o estado atual da coleção; as áreas de atuação e interesse da biblioteca, bem como o grau de importância de cada área; os objetivos para o qual a unidade de informação fora criada e de seus mantenedores e o perfil da comunidade ao qual atenderá.

De forma geral, Vergueiro (1989, p. 27-28) aponta que

[...] a política para o desenvolvimento de coleções não precisa ser um documento extenso, mas, isto sim, um documento completo, onde se apresentem diretrizes para as decisões a respeito da coleção, deixando o mínimo de coisas possível sem previsão.

Desta forma, o documento deve esclarecer quais itens farão parte do acervo; em que circunstâncias esse material poderá fazer parte do acervo (relativo a processamento técnico e espaço no mobiliário); quais as necessidades e de que parte da comunidade ele sanará as necessidades; o método e técnicas de avaliação do item já incorporado ao acervo; e, por fim, os critérios para o desbastamento do item englobando seu descarte (VERGUEIRO, 1989).

Dias e Pires (2003) somam aos cinco pontos apontados por Vergueiro (1989). Elas detalham os itens que devem conter na política de desenvolvimento de coleções da seguinte forma (DIAS; PIRES, 2003, p.22, 23):

- a) quem será atendido pela coleção;
- b) como e quanto será destinado para aquisição de itens;
- c) quais os recursos orçamentários advindos da instituição;

- d) quais os mecanismos de captação de recursos extra orçamentários;
- e) qual filosofia norteará o desenvolvimento da coleção;
- f) quais os objetivos e as metas específicas da organização para consolidar e garantir a oferta de uma coleção consistente, com crescimento harmonioso, mediante a distribuição equitativa dos recursos financeiros disponíveis;
- g) como tomar decisão com base em dados que possuam exatidão, atualidade e confiabilidade quanto à tipologia de usuários/hábitos/gostos/necessidades – mediante elaboração de estratégias de pesquisa de mercado;
- h) como serão feitas as avaliações do material incorporado e a ser incorporado, mediante compra, permuta e doação, apontando quando e sob quais condições o material poderá ingressar no acervo;
- i) quais as formas para diagnosticar as demandas e necessidades de recursos a serem disponibilizados para o seu atendimento;
- j) quais as necessidades específicas dos diferentes segmentos da comunidade a serem atendidos, especificando os métodos para obter informações;
- k) quais serão os critérios de avaliação e reflexão a serem utilizados para uma análise sistemática e contínua dos pontos fortes e fracos do acervo;
- l) quais os parâmetros/critérios de seleção do material a serem incorporados e descartados, considerando o conteúdo, o formato, a abrangência, etc.;
- m) definição de fluxos de responsabilidades e atribuições;
- n) definição de políticas quanto ao uso da coleção (circulação/consultas/empréstimos/multas/reservas/renovação);
- o) desenvolver medidas administrativas para propiciar a coleta e facilitar a elaboração de relatórios;
- p) entrada de material *versus* retirada de material obsoleto;
- q) escopo, tamanho e tipos de materiais;
- r) criar manuais de serviços e de procedimentos do uso da biblioteca;
- s) estabelecer procedimentos para atender aos usuários de modo proativo (na biblioteca, à distância e em ambientes de trabalho);
- t) estabelecer quais serviços devem ser oferecidos, tipos e níveis de prestação de serviços (para quem, preço, etc.);
- u) definir regras para garantia de acesso remoto, *on line* e empréstimo entre bibliotecas;



- v) respeitar o direito autoral, não permitindo a incorporação de obras reproduzida na coleção;
- w) declaração de que usuário jamais deve deixar a biblioteca/unidade de informação sem a informação desejada ou, ao menos, uma resposta.

Weitzel (2013) acerca da política de desenvolvimento de coleções estabelece doze etapas para a execução do mesmo, a fim de que a política retrate os objetivos, meta e missão da instituição que a mantém, bem como da comunidade ao qual serve e se insere (WEITZEL, 2013, p. 74-92):

- a) identificação da missão e objetivos institucionais;
- b) perfil da comunidade;
- c) perfil das coleções;
- d) descrição das áreas e formatos cobertos pela biblioteca;
- e) descrever a política de seleção;
- f) descrever o processo de seleção;
- g) descrever o processo e a política de aquisição;
- h) descrever o processo e a política de desbastamento, incluindo descarte;
- i) descrever o processo e a política de avaliação;
- j) detalhamento de outros aspectos importantes
- k) documentos correlatos;
- l) avaliação da política.

Seja da forma mais abrangente e simplificada abordada por Vergueiro (1989), da forma mais detalhada apontada por Dias e Pires (2003), ou da forma mais sistêmica como apontada por Weitzel (2013), a política para desenvolvimento de coleções é um documento de suma importância para as rotinas bibliotecárias da unidade de informação, devendo estar acessível e que deva ser periodicamente revisado<sup>7</sup> a fim de se corrigir erros nele instaurados bem como estar acompanhando as mudanças e evoluções da comunidade na qual se insere.

---

<sup>7</sup> De acordo com Miranda (2007) a política de desenvolvimento de coleções deve ser revisada a cada dois anos.

#### 4.3.1 Política de doações no desenvolvimento de coleções

A doação, dentro do desenvolvimento de coleções, possui uma função dupla: porta de entrada de itens e porta de saída. Enquanto itens desbastados e postos para o descarte são doados, saindo assim em definitivo da sua biblioteca de origem, outras bibliotecas recebem este item como parte do processo de aquisição de novos materiais. Reside exatamente neste fenômeno de expurgo e absorção do item o foco deste trabalho.

Em relação ao processo de aquisição por doação, cabe ressaltar o que recomenda Evans (2000 apud WEITZEL, 2013, p. 53) onde

[...] o percentual de solicitação de doação de materiais de informação seja muito menor que o percentual de permuta, que por sua vez deve ser menor que o percentual de compra – preferencialmente maior que a soma de doações e permuta.

Em relação a estes dois parâmetros para a doação (aquisição e descarte) verifica-se um problema na literatura vigente onde quase que sua totalidade apenas descreve o processo de doação como forma de aquisição, podendo ser visto em Vergueiro (1989, 2010), Andrade e Vergueiro (1996), Dias e Pires (2003), Maciel e Mendonça (2006) e Weitzel (2013). Apenas em Dias e Pires (2003) a doação é citada (mas não explicada) como forma de descarte, e em Andrade e Vergueiro (1996) onde se passa a ideia da necessidade do estabelecimento de critérios para a disponibilização de itens para a doação.

O processo de doação pode ser dividido em duas categorias conforme visto em Andrade e Vergueiro (1996) e Dias e Pires (2003): doações solicitadas e doações espontâneas. Nas doações solicitadas, uma lista de itens que se deseja adquirir é enviada a editoras, instituições que editam seus próprios materiais, bibliotecas cooperativas ou que se tenha uma boa relação, instituições financiadoras, autores e, em poucos casos, a particulares detentores de um bom acervo particular. As doações espontâneas representam grande parte dos itens recebidos por doações, uma vez que estas chegam a biblioteca sem qualquer solicitação tendo sido feita. Desta forma, é necessário tomar certos procedimentos para que a biblioteca não se torne um “mausoléu” de itens que particulares não desejavam mais ter em suas casas. Desta forma, alguns critérios como solicitação prévia de lista de títulos a serem doados; não receber doações que possuam exigências particulares para sua incorporação no acervo (como estar reunida em um só lugar, estabelecimento de sala especial para seu acondicionamento, etc.); esclarecer para o doador a política para recebimento de doações, bem como a documentação

do recebimento da doação e ciência do doador em relação a estes aspectos; verificar o estado físico do material, sua importância para o acervo bem como as possíveis falhas no que fora relatado na lista prévia e o que fora entregue (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996; DIAS; PIRES, 2003).

Outro ponto importante que se verifica na literatura acima descrita é o não aparecimento da descrição de uma política de doações enquanto descarte no desenvolvimento de coleções. Enquanto os autores como Vergueiro (1989, 2010), Andrade e Vergueiro (1996), Dias e Pires (2003), Maciel e Mendonça (2006) e Weitzel (2013) falam da importância do estabelecimento de uma política de desbastamento, não é retratado em momento algum a política de doação para descarte dentro da política de desbastamento. Verifica-se assim uma oportunidade onde para possíveis erros no expurgo destas publicações.

Vergueiro (1989) aponta que, depois de estabelecido o designo de um item para o descarte, o mesmo dever ser retirado do livro patrimonial da biblioteca, o que implica na sua inexistência desde então naquele acervo. Ora, uma vez que não há parâmetros estabelecidos na literatura para o processo de descarte por doação e que a indicação após o designo para o descarte é a baixa do registro do item, a destinação de itens para doação não obedecerá a um requisito formal.

A preparação de uma lista de itens descartados do acervo que possa ser enviada à outras bibliotecas é uma forma de controle dos itens e do seu estado atual perante o acervo. O recebimento positivo da lista por outras instituições interessadas nos itens descartados deve ser anexado a lista primeira para que, procedida a doação, fique registrado de onde foi e para onde vai aquele item, pois a história daquele item não deve deixar de existir quando no descarte. O fato de não se estabelecer e registrar o cruzamento destas duas listas provoca uma ruptura na história daquele item, não podendo assim ser verificado seu paradeiro.

Em diversos casos, principalmente nas bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, revisitar fontes tidas como obsoleta são mais que um mero preciosismo em buscar referências: representa a própria fonte de estudo. Devido a isto, pesquisadores buscam as bibliotecas e arquivos referentes as suas respectivas áreas, a fim de se encontrar os itens desejados e importantes (para não dizer vitais) à sua pesquisa. O não registro dos itens que, após o descarte foram doados, principalmente o registro do seu paradeiro atual, representam um grande entrave no processo da busca informacional desejada causando, em determinados casos, a parada por completo da pesquisa ou até mesmo o abandono da mesma.

Uma vez que, conforme Lankes (2012) apresenta, a ideia de que a biblioteca deve estar a serviço da comunidade e ser fator de auxílio no desenvolvimento individual e coletivo

da mesma, os bibliotecários responsáveis pelas unidades de informação devem compreender que os descartes de itens sem os procedimentos corretos podem causar um entrave no desenvolvimento intelectual de determinados indivíduos ou até mesmo da comunidade.

#### 4.3.1.1 Desfazimento de bens

O desfazimento de bens é um item importante a ser mencionado neste trabalho uma vez que se trata dos meios legais para que um bem patrimoniado deixe de fazer parte da lista de patrimônio daquela instituição. Uma discussão muito levantada entre bibliotecários reside na natureza do livro enquanto bem, isto é, se este é bem permanente ou bem de consumo. Devido à perenidade do mesmo, bibliotecários defendem que ele seja considerado bem de consumo, o que facilitaria o serviço no momento do descarte do item. Esta defesa vai de encontro ao afirmado nos dispositivos legais que citam material bibliográfico como bem permanente (BRASIL, 1990; 2002).

O secretário do Tesouro Nacional por meio da portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002, define material de consumo como aquele que, devido à utilização, perde suas características físico/químicas em prazo inferior a dois anos. Para bens que tenham durabilidade superior a este período, estes são considerados bens permanentes. Dentro destas definições fica evidente que o livro, como um bem que não perde ou não deveria perder - se feito com material de qualidade - suas características em menos de dois anos é um bem permanente. Porém, o que suscita a discussão são os critérios descritos na referida portaria para definição dos bens permanentes. São utilizados critérios de **durabilidade** (quando quase não há perda das características e usabilidade em menos de dois anos); **fragilidade** (quando este pode ser deformável ou quebradiço, perdendo assim suas características e sendo irrecuperável); **perecibilidade** (quando este perde suas características físico/químicas, diminuindo seu uso); **incorporabilidade** (destinado a compor outro bem); e **transformabilidade** (quando este for adquirido para ser transformado). Desta forma, os itens fragilidade e perecibilidade suscitam a dúvida devido ao fato do livro, conforme uso, se deformar, perder componentes tais quais páginas e fragmentos de páginas, bem como a acidez do papel alterar sua composição química ao longo do tempo. Essas transformações que podem ocorrer no livro, que possivelmente o enquadraria nos itens fragilidade e perecibilidade podem ser revertidos. Estendendo assim sua vida útil e mantendo sua usabilidade por mais tempo. Sendo assim, o enquadramento nestes itens não se aplica (BRASIL, 2002). Por outro lado, a biblioteca universitária tem seu acervo formado com o objetivo de atendimento ao

usuário a partir do uso promovido às fontes de informação. devido a isto, não se recomenda a retirada de circulação do material cuja degradação esteja sendo verificada para se proceder o restauro, pois incorreria na problema de se tornar a informação indisponível mesmo que momentaneamente ao usuário.

A referida portaria traz ainda como anexos a descrição de itens considerados bens de consumo e serviços de pessoas físicas, serviços de pessoas jurídicas e bens permanentes. Para efeito de utilização de biblioteca, está inserido como bem de consumo apenas periódicos em geral com defasagem em período inferior a dois anos. Estes não são imobilizados na biblioteca. São considerados bens permanentes coleções, materiais bibliográficos, discotecas e filmotecas (BRASIL, 2002)

O decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990 dispõe sobre as formas de desfazimento de materiais na administração pública federal sejam elas por **transferência** (troca de responsabilidade sob o material dentro do mesmo órgão ou entidade); **cessão** (transferência sem ônus da posse do material entre órgãos ou entidades diferentes, porém pertencentes a um dos poderes da União); **alienação** (transferência da propriedade feita por venda, permuta ou doação) ou **renúncia** (abrir mão do direito ao material devido a sua inutilização ou abandono) considerado inservível, sendo este classificado como **ocioso** (sem aproveitamento embora esteja em condições perfeitas de utilização), **recuperável** (quando o custo para recuperar o item representar até cinquenta por cento do seu valor atualizado) , **antieconômico** (quando considerado obsoleto, ou sua recuperação ultrapassar cinquenta por cento) ou **irrecuperável** (quando não mais puder ser utilizado) (BRASIL, 1990).

No artigo 4º do decreto de 1990 é indicado que o material que seja considerado ocioso ou recuperável e, não fazendo mais parte do interesse da entidade que o detém, este seja doado a outra entidade que possa utilizá-lo ou que necessite do mesmo. Sobre a modalidade da doação, o artigo 15 instrui em quais casos e para quem devem ser doados os itens inservíveis. Neste caso, os itens ociosos ou recuperáveis devem ser doados para outro órgão da Administração Pública Federal ou um dos órgãos do poder da União; os itens considerados antieconômicos devem ser doados para demais órgãos ou entidades sociais externas ao Poder da União; os itens classificados como irrecuperáveis devem ser doados para instituições filantrópicas e órgãos civis reconhecidos pelo governo federal pelo serviço prestado a sociedade (BRASIL, 1990).

Do artigo 16 ao 18, são especificados os procedimentos para os itens irrecuperáveis que tenham sido avaliados como não passíveis de utilização. Neste caso são retirados toda e qualquer parte do material que possa representar retorno econômico a instituição detentora,

bem como a descarga patrimonial do mesmo e a consideração como inutilizável por oferecer algum **risco a saúde humana** (contaminação; material venenoso, tóxico ou radioativo; e pragas que possam destruir outros bens) ou ao **Estado** (fraude na utilização destes por terceiros). O restante do material que se enquadra nestas condições é destruído (BRASIL, 1990).

Por tudo acima exposto, os livros e periódicos considerados materiais permanentes por meio da portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002, podem ser doados ou destruídos – quando assim for necessário – de acordo com o decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990 que regula o desfazimento de bens de autarquia federal.

#### 4.4 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Embora tenha sido apresentado nos itens acima o processo de desenvolvimento de coleções de forma geral, isto é, com os aspectos que devem ser abordados independentemente do tipo de biblioteca, destaca-se que as bibliotecas universitárias possuem alguns pontos importantes a serem abordados.

Como já apontado anteriormente, Dias e Pires (2003, p. 13) apontam que as bibliotecas universitárias “funcionam como órgão de apoio informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão, com acervo geral e especializado, podendo apresentar estrutura administrativa centralizada ou descentralizada.” Por este motivo, o Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), designou, para monitoramento dos cursos superiores, a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes), além de criar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Por meio desta proposta, os cursos presenciais e à distância são avaliados e recebem a autorização para funcionamento e, posteriormente, o reconhecimento. No Sinaes, diversos são os fatores avaliados para o reconhecimento e autorização de um curso em nível superior. Elencar todos aqui fugiria da proposta inicial e do foco principal deste trabalho, que poderá ser desenvolvido em outra oportunidade (BRASIL, 2012).

No Sinaes os cursos são avaliados periodicamente. São atribuídas notas para cada um dos aspectos tidos como necessários ao funcionamento do mesmo. Após a avaliação e aferição da média das notas, o curso autorizado passa a funcionar com a atribuição de um conceito, que varia de 1 (Não Existente) a 5 (Excelente). A expectativa, de forma geral, é que, para as próximas avaliações, o conceito recebido seja aumentado, demonstrando assim a

capacidade do curso em cada vez mais se adequar às diretrizes de excelência determinadas pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2012).

Um dos quesitos básicos avaliados é a biblioteca do curso, contido dentro da dimensão 3 dos critérios de avaliação, no caso, Infraestrutura. Devido a isto, o desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias, para poder atender de forma satisfatória a comunidade acadêmica que assiste, necessita que sua coleção atenda também as diretrizes estabelecidas no Sinaes, visto que a comunidade precisa encontrar o aporte necessário ao seu desenvolvimento intelectual e social na biblioteca que lhe assiste. Segue abaixo o quadro referente à avaliação do acervo das bibliotecas universitárias para autorização e reconhecimento dos cursos superiores de acordo com o Inep (BRASIL, 2012):

Quadro 1: Critérios de análise para a bibliografia básica

Indicador	Conceito	Critério de Análise
<p>3.6. Bibliografia básica</p> <p>(Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)</p> <p>Nos cursos que possuem acervo virtual (pelo menos 1 título virtual por unidade curricular), a proporção de alunos por exemplar físico passam a figurar da seguinte maneira para os conceitos 3, 4 e 5:</p> <p>Conceito 3 – 13 a 19 vagas anuais  Conceito 4 – de 6 a 13 vagas anuais  Conceito 5 – menos de 6 vagas anuais)</p>	1	Quando o acervo da bibliografia básica <b>não está</b> disponível; ou quando está disponível na proporção média de um exemplar para <b>20 ou mais</b> vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo; ou quando o acervo existente <b>não está</b> informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES; ou quando <b>não existe</b> um mínimo de três títulos por unidade curricular.
	2	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa <b>de 15 a menos de 20</b> vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa <b>de 10 a menos de 15</b> vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	4	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa <b>de 5 a menos de 10</b> vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	5	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para <b>menos de 5</b> vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.]

Fonte: Brasil (2012, p. 20).

O quadro acima apresenta a existência da bibliografia básica para o curso na biblioteca destinada a atender o mesmo. De acordo com o critério acima exposto, a biblioteca que atende ao curso deve possuir ao menos três títulos como bibliografia básica. Estes títulos indicados devem ser possuídos na biblioteca de acordo com as proporções apresentadas em cada conceito. Para atingir o conceito cinco faz-se necessário a ocorrência de um exemplar da

bibliografia básica de cada disciplina para menos de cinco vagas autorizadas anualmente. Em caso de exemplar virtual basta apenas um exemplar de cada título, porém sem restrição de número de acessos simultâneos. Cabe ressaltar que estes itens tem de estar patrimoniados e tombados como bens da Instituição de Ensino Superior (BRASIL, 2012).

Quadro 2: Critérios de análise para bibliografia complementar

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.7. Bibliografia complementar  (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia complementar disponível para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	1	Quando o acervo da bibliografia complementar <b>não está</b> disponível; ou quando o acervo da bibliografia complementar possui <b>menos de dois títulos</b> por unidade curricular.
	2	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, <b>dois títulos</b> por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	3	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, <b>três títulos</b> por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	4	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, <b>quatro títulos</b> por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	5	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, <b>cinco títulos</b> por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.

Fonte: Brasil (2012, p. 21).

No quadro 2 são apresentados os critérios de análise para a bibliografia complementar. Diferentemente da bibliografia básica que necessitava de muitos exemplares de cada título, a bibliografia complementar para a obtenção de conceito cinco (Excelente) necessita que o curso possua ao menos cinco títulos enquadrados na categoria, tendo dois exemplares de cada título, totalizando 10 itens físicos no mínimo. Em caso de ser virtual, basta apenas um exemplar de cada título (BRASIL, 2012).



Quadro 3: Critérios de avaliação de periódicos especializados

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.8. Periódicos especializados  (Para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas do primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas. Para fins de autorização, os critérios de análise passam a figurar da seguinte maneira: Conceito 1 – menor que 3 títulos Conceito 2 – maior ou igual a 3 e menor que 6 Conceito 3 – maior ou igual a 6 e menor que 9 Conceito 4 – maior ou igual a 9 e menor que 12 Conceito 5 – maior ou igual a 12)	1	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, <b>menor que 5 títulos</b> distribuídos entre as principais áreas do curso, ou com <b>acervo não atualizado</b> em relação aos últimos 3 anos.
	2	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, <b>maior ou igual a 5 e menor que 10 títulos</b> distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com <b>acervo atualizado</b> em relação aos últimos 3 anos.
	3	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, <b>maior ou igual a 10 e menor que 15 títulos</b> distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com <b>acervo atualizado</b> em relação aos últimos 3 anos.
	4	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, <b>maior ou igual a 15 e menor que 20 títulos</b> distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com <b>acervo atualizado</b> em relação aos últimos 3 anos.
	5	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, <b>maior ou igual a 20 títulos</b> distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com <b>acervo atualizado</b> em relação aos últimos 3 anos.

Fonte: Brasil (2012, p. 21).

Para periódicos científicos o critério adotado para a atribuição de um conceito cinco reside na assinatura e acesso de pelo menos 20 títulos que contemplem de forma harmoniosa as principais áreas do curso. Este acervo deve estar atualizado, para fins de critérios, contendo as publicações relativas aos últimos três anos. Nesta perspectiva destaca-se o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Portal da Capes), que fornece acesso a uma gama de coleções de periódicos e bases de dados (BRASIL, 2012).

Quadro 4: Critérios de análise para a bibliografia básica incluindo cálculo

Indicador	Conceito	Critério de Análise
<p>3.6. Bibliografia básica</p> <p>(Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)</p> <p>Nos cursos que possuem acervo virtual (pelo menos 1 título virtual por unidade curricular), a proporção de alunos por exemplar físico passa a figurar da seguinte maneira para os conceitos 3, 4 e 5:</p> <p>Conceito 3 – 13 a 19 vagas anuais  Conceito 4 – de 6 a 13 vagas anuais  Conceito 5 – menos de 6 vagas anuais)</p> <p>Procedimentos para cálculo:  Identificar as unidades curriculares (disciplinas) do curso, identificar os títulos (livros) da bibliografia básica em cada unidade, localizar o quantitativo (nº de exemplares) de cada título relacionado, dividir o nº de vagas pelo somatório de exemplares em cada disciplina, calcular a média dos resultados das divisões anteriores.</p> <p>Caso algum título da bibliografia básica atenda a outro(s) curso(s), é necessário dividir o total de vagas do(s) outro(s) curso(s) pelo total de exemplares do título e recalculer a média considerando esses valores.</p>	1	Quando o acervo da bibliografia básica <b>não está</b> disponível; ou quando está disponível na proporção média de um exemplar para <b>20 ou mais</b> vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo; ou quando o acervo existente <b>não está</b> informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES; ou quando <b>não existe</b> um mínimo de três títulos por unidade curricular.
	2	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de <b>15 a menos de 20</b> vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de <b>10 a menos de 15</b> vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	4	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de <b>5 a menos de 10</b> vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	5	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para <b>menos de 5</b> vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

Fonte: Brasil (2015, p. 4).

De acordo com o quadro acima, as possíveis ambiguidades e falhas no cálculo são eliminadas por meio da explicação dos procedimentos que devem ser adotados. Desta forma, os critérios, atribuição de notas e aferição por parte da própria instituição ficam mais claros, possibilitando as correções necessárias no acervo da biblioteca que atende a mesma.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados para a execução deste trabalho contemplam o método de pesquisa exploratória. A escolha deste método se deve ao fato de, segundo Gil (2002), “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema com vista a torna-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.”

A partir disso foi realizado um levantamento bibliográfico necessário para se analisar como a doação é tratada como etapa do desenvolvimento de coleções dentro da literatura científica nacional. E, além da pesquisa bibliográfica, foi procedida também a pesquisa documental que, de acordo com Gil (2002), “[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica.”, pois a principal diferença fica a cargo da natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica trata de material informacional já consolidado e publicado, a pesquisa documental utiliza fontes ainda não trabalhadas ou que podem ser reanalisados. A utilização da pesquisa documental se fez necessária para que se possa analisar os documentos pertinentes a política de desenvolvimento de coleções adotadas nas bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Por fim, considerou-se a utilização de um estudo de caso, visto que este possibilitaria a investigação efetiva de como é tratada a doação de materiais nas bibliotecas supracitadas. Uma vez que a técnica de estudo de caso consiste no recorte de alguns objetos dentro do todo e seu estudo exaustivo (GIL, 2002), o que foi executado neste trabalho é este recorte dentre as bibliotecas que compõe o Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ.

A partir das pesquisas bibliográficas e documentais, bem como do estudo de caso, pode-se formular a resposta à problemática apontada que alimentaram a construção desta pesquisa, bem como a proposição de ações que visem diminuir os eventuais problemas encontrados na política de doações destas bibliotecas.

### 5.1 CAMPO DE PESQUISA, POPULAÇÃO E AMOSTRA

O campo de pesquisa utilizado foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a amostra foi formada pelas bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pertencentes ao Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A UFRJ possui quarenta e seis (46) bibliotecas, número que reflete a população desse trabalho. Das quarenta e três bibliotecas, quatro (4) são voltadas para as Ciências Humanas e

cinco (5) voltadas para as Ciências Sociais Aplicadas, compondo assim um total de nove (9) bibliotecas para a amostra, representando assim uma composição total de 20,93% das bibliotecas pertencentes ao SiBI.

Cabe ressaltar que a seleção das bibliotecas e seus respectivos gestores que compõem essa amostra não teve qualquer característica discriminatória. A escolha se deve as características das necessidades informacionais da comunidade na qual as referidas bibliotecas atendem. Todos os respondentes aderiram de forma voluntária ao trabalho desenvolvido ao serem informados dos objetivos da pesquisa pretendida e o compromisso de que não seriam expostos a risco algum pelos dados informados.

## 5.2 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

As técnicas de coleta de dados buscaram identificar o descarte de coleções nas bibliotecas que compõem a amostra selecionada e foi realizada em duas etapas:

a) a primeira abarcou os documentos institucionais sobre desenvolvimento de coleções e descarte;

b) na segunda etapa foram realizadas entrevistas com perguntas fechadas com os bibliotecários-chefe de cada uma das bibliotecas. Nesta consulta foram verificadas as práticas e ações que porventura não sejam contempladas nos documentos institucionais sobre a formação e desenvolvimento do acervo.

Seguem abaixo as perguntas que foram utilizadas nas entrevistas e objetivo de cada uma delas:

1 O que você entende por política de desenvolvimento de coleções?

Na primeira pergunta o objetivo foi compreender como cada gestor entende o que seria o processo de desenvolvimento de coleções e seu contexto, seus objetivos e importância dentro da sua unidade de informação.

2 O desenvolvimento de coleções é feito de forma específica na unidade de informação?

A segunda tem como objetivo conhecer como o desenvolvimento de coleções é tratado dentro da biblioteca, se ele tem um setor específico, bibliotecários designados apenas para cuidar disto ou se é tratado como algo que necessite de uma atenção grande como a catalogação, referência, circulação, etc.

3 A biblioteca possui sua política de desenvolvimento de coleções própria e redigida ou fica apenas no plano verbal e consensual?

Na terceira se buscou saber se a biblioteca possui sua própria política desenvolvida e redigida para que qualquer bibliotecário que venha por ventura trabalhar na unidade de informação possa saber como deve ser procedido o desenvolvimento de coleções ali. Caso negativo, verificar se a política é apenas atributo de alguns e se estes a realizam de forma autônoma, de acordo com as diretrizes que julgue necessárias; a fim de compreender se há a preocupação efetiva de atender a comunidade onde se insere.

4 Há um estudo periódico da comunidade atendida pela biblioteca?

A quarta pergunta se refere a uma das etapas do ciclo de política de desenvolvimento de coleções onde o estudo continuado da comunidade se faz necessário para se evitar incoerências entre aquisição de materiais e necessidades informacionais

5 Como é feito o descarte de itens pela biblioteca?

Na quinta pergunta se pretendeu verificar os procedimentos utilizados para o descarte de itens pela biblioteca.

6 Existe uma política de descarte redigida pela biblioteca?

Na sexta pergunta, vinculada a terceira, se buscou saber se, para o descarte, a biblioteca possuía a política referente redigida e justaposta dentro da política de desenvolvimento de coleções; verificando os descartes por doações (objeto deste trabalho).

7 Em caso de o descarte acontecer por doação, a biblioteca tem o registro dos itens doados?

A sétima pergunta faz referência ao registro dos itens descartados por esta modalidade; ainda sobre o descarte por doação.

8 No descarte feito por doação, a biblioteca tem o registro de para onde foram estes itens?

A oitava pergunta buscou saber se havia registro na biblioteca do receptor do item doado.

9 Como foi feito o contato com a biblioteca receptora para a doação destes itens?

Na nona pergunta se objetivou conhecer de que forma são feitos os contatos entre bibliotecas para doações de itens.

10 Houve uma análise prévia se as bibliotecas receptoras teriam as condições necessárias para receber e disponibilizar estes itens?

Na décima e última pergunta buscou-se conhecer a preocupação da biblioteca doadora em que o item doado seja disponibilizado para utilização em outra biblioteca.

11 A biblioteca adota os procedimentos de desfazimento de bens antes de doá-los? Busca-se aqui o entendimento se os gestores das bibliotecas compreendem o conceito de desfazimento de bens e se o adota na biblioteca antes de fazer a doação de livros.

As técnicas utilizadas para a análise dos dados coletados objetivaram a obtenção de um panorama do procedimento de descarte nessas bibliotecas pesquisadas. De posse desse panorama, foi possível analisar se estes procedimentos estão em conformidade com o que é indicado na literatura científica nacional e, em caso de negativa, indicar propostas sobre o que deverá ser feito. Outra perspectiva que se consegue com obtenção do referido panorama é a indicação de uma política de descarte favorável a diminuir possíveis problemas a partir da não identificação do paradeiro do item doado a outra biblioteca.

## **6 DA DOAÇÃO À INCORPORAÇÃO EM OUTRO ACERVO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE DOAÇÕES NAS BIBLIOTECAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

A doação de um item, em especial de livros, não representa o fim desse material bibliográfico. A doação deve ser observada não exclusivamente sob a perspectiva do descarte, pois se trata uma etapa que pode preceder a aquisição de uma obra em determinada unidade de informação. A literatura do campo de estudos da informação trata o descarte como etapa final do desenvolvimento de coleções. Contudo, pretende-se aqui a visualização de um processo que entende o descarte de uma biblioteca como a possibilidade de determinado item ser selecionado e adquirido por outra.

Devido a isto, este trabalho buscou analisar a lacuna enxergada dentro da etapa de desenvolvimento de coleções: a preocupação com o que, como, quando e de que forma é absorvido o item doado por parte dos bibliotecários. Para tal foram realizadas entrevistas com um bibliotecário de cada uma das bibliotecas que compõem o campo de pesquisa, a saber:

- a) Biblioteca Carvalho de Mendonça da Faculdade Nacional de Direito;
- b) Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH;
- c) Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR;
- d) Biblioteca Eugenio Gudín do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE;
- e) Biblioteca Francisca Keller do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS;
- f) Biblioteca Lúcio Costa - Faculdade de Arquitetura – FAU;
- g) Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS;
- h) Biblioteca Prof. Emérito Agrícola Bethlem do Instituto COPPEAD de Administração - COPPEAD
- i) Biblioteca Prof. Maurício de Almeida Abreu do Programa de Pós-graduação em Geografia – PGG.

As entrevistas foram realizadas de 15 a 19 de fevereiro de 2016, mediante agendamento prévio com cada bibliotecário. Os respondentes foram aqui identificados por

letras, distribuídas de forma aleatória de “A” a “I” a fim de assegurar a preservação das identidades dos mesmos. Ressalta-se que todos aderiram livremente a entrevista e que o retorno foi de 100% das bibliotecas componentes do campo de pesquisa, isto é, não tendo deixado nenhuma biblioteca de participar da mesma.

A primeira pergunta da entrevista foi: “O que você entende por política de desenvolvimento de coleções?”.

As respostas a esta pergunta foram as mais diversas demonstrando que, para os respondentes, o conceito de política de desenvolvimento de coleções é confundido com o conceito de desenvolvimento de coleções. O desenvolvimento de coleções para sua realização de forma precisa necessita do estabelecimento da política e a política nasce da necessidade de se desenvolver as coleções. Tal resposta demonstra a apropriação coletiva e social dos conceitos técnicos da Biblioteconomia, o que permite que seja a apropriação contextual a partir dos dois conceitos. Destacam-se respostas fornecidas onde é possível notar que o entendimento de política de desenvolvimento de coleções está totalmente atrelado à prática realizada, já posta de forma tão habitual que dificulta para o próprio entrevistado definir o mesmo. Em contra partida, teve-se entrevistados que possuíam o conceito bem definido no entendimento, aproximando-se da teoria encontrada na literatura.

Vê-se em Vergueiro (1989, p.25) que o objetivo da política de desenvolvimento de coleções é:

[...] deixar clara a filosofia a nortear o trabalho bibliotecário no que diz respeito à coleção. Mais exatamente, trata-se de tornar público, expressamente, o relacionamento entre o desenvolvimento da coleção e os objetivos da instituição a que esta coleção deve servir, tanto por causa da necessidade de um guia prático na seleção diária de itens, como devido ao fato de ser tal documento uma peça-chave para o planejamento em larga escala.

Sendo assim, a necessidade de uma maior clarificação da definição e, principalmente, e a busca de um ajuste entre conscientização da importância da constituição da política de cada biblioteca com a prática fica evidente, uma vez que as unidades de informação, em especial as bibliotecas universitárias, devem ter sempre o foco no serviço que é – ou deveria ser – prestado ao usuário a fim de desenvolvê-los e cooperar com os três pilares da universidade: ensino, pesquisa e extensão (LANKES, 2012; SIMÕES, 2013; VERGUEIRO, 1989).

A segunda pergunta realizada na entrevista foi: “O desenvolvimento de coleções é feito de forma específica na unidade de informação?”



Oito dentre os nove entrevistados afirmaram que sim, que a biblioteca desenvolvia suas coleções. Vale ressaltar que a resposta negativa ao desenvolvimento de coleções realizado na unidade de informação foi muito influenciada pela conceituação do mesmo sobre o desenvolvimento de coleções. Independentemente da existência da política, as bibliotecas acabam realizando o trabalho de desenvolvimento das suas coleções como algo dentro da própria rotina da mesma.

Considerando-se que desenvolvimento de coleções seja como afirma Vergueiro (1989, p. 15) “[...] um trabalho de planejamento [...] e, sendo um trabalho de planejamento, exige comprometimento com metodologias”, isto é, refletir o acervo que tem em mãos e trabalhá-lo de forma a atender da melhor forma possível seu público, apenas três dos nove entrevistados afirmaram assim realizar. Como visto anteriormente um afirmou não realizar desenvolvimento de coleções na sua biblioteca e cinco descreveram o processo como sendo feita a aquisição de itens solicitados por professores e em consonância com a bibliografia básica e complementar dos cursos visando atender as exigências do Ministério da Educação. Seguem os dados abaixo:

Quadro 5: Forma como é realizado o desenvolvimento de coleções nas bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UFRJ

É realizado a partir da reflexão das coleções que se têm em mãos a fim de atender da melhor forma possível o usuário	33,33%
É realizado a partir da solicitação dos professores e em consonância com a bibliografia básica e complementar dos cursos	55,56%
Não é realizado na unidade de informação	11,11%

Fonte: o autor.

A terceira questão foi “A biblioteca possui sua política de desenvolvimento de coleções própria e redigida ou fica apenas no plano verbal e consensual?” Aqui se buscou entender se as bibliotecas possuíam as diretrizes que utilizavam para desenvolver suas coleções redigidas ou se era um consenso verbal entre os bibliotecários da unidade de informação. Em relação a esta questão, todos os entrevistados responderam que o desenvolvimento era realizado de forma consensual. Vale ressaltar que todos sinalizaram que aguardavam as diretrizes do SiBI, órgão ao qual todas as bibliotecas da UFRJ são subordinadas com as bases para a criação da política de desenvolvimento de coleções de cada uma delas.

Foi manifestado também por alguns dos entrevistados que o centro do qual fazem parte já iniciou, a pedido do SiBI, uma proposição de política de desenvolvimento do próprio

centro. Esta foi enviada ao órgão para análise e discussão com outras bibliotecas. Embora o SiBI deva fornecer as diretrizes básicas para a política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas da UFRJ, cabe aqui mencionar que cada biblioteca atende a um determinado público e, mesmo que sejam majoritariamente universitários, professores e pesquisadores, cada curso que elas atendem possuem necessidades diferentes. Sendo assim, seguindo a ideia de Lankes (2012) de que as bibliotecas estão para o serviço e desenvolvimento da comunidade que atende de forma individual e coletiva, cada biblioteca deve possuir a autonomia necessária para desenvolver de forma própria a sua política de desenvolvimento de coleções.

Quadro 6: Forma utilizada da política de desenvolvimento de coleções das Bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UFRJ

A biblioteca possui sua política de forma redigida	0%
A biblioteca utiliza a política apenas no plano verbal e consensual	100%

Fonte: o autor.

A quarta questão “Há um estudo periódico da comunidade atendida pela biblioteca?” A questão buscou verificar se os entrevistados realizavam estudo de usuários nas bibliotecas. O estudo de usuário é uma etapa importante dentro do desenvolvimento de coleções apontado por diversos autores. Sem a realização deste estudo fica difícil precisar o perfil da comunidade ao qual atenda bem como suas necessidades informacionais para que a biblioteca lhes preste o melhor serviço para o seu desenvolvimento (FIGUEIREDO, 1994 apud WEITZEL, 2013; LANKES, 2012; VERGUEIRO, 1989; WEITZEL, 2013).

Dentre os entrevistados seis manifestaram não realizar o estudo de usuário, enquanto três informaram realizar. Cabe aqui mencionar que os entrevistados que manifestaram realizar o estudo de usuário disseram o fazer atendendo solicitações de aquisição (3), contato direto com o usuário (2) e observação (1). A forma como o estudo de usuários é feita nestas bibliotecas não contempla a comunidade como um todo, visto que ela só atende as necessidades dos frequentadores mais assíduos e que acabam estabelecendo contato direto com os bibliotecários. Faz-se necessário um estudo mais abrangente para que se atenda a totalidade da comunidade (VERGUEIRO, 1989).

Quadro 7: Realização de estudo de usuário

Não	66,67%
Sim	33,33%

Fonte: o autor

Quadro 8: Forma utilizada para estudo de usuário (pelas bibliotecas que responderam sim no quadro anterior)

Atendimento a solicitações enviadas a biblioteca	100%
Contato direto com o usuário	66,67%
Observação	33,33%
Análise da comunidade em geral	0%

Fonte: o autor.

Na quinta pergunta “Como é feito o descarte de itens pela biblioteca?” Essa pergunta buscou entender o procedimento utilizado para descarte de itens em cada biblioteca. A literatura aponta que, antes de ser descartado um item, o mesmo deve ser desbastado, isto é, retirado de um lugar de grande circulação para um lugar de circulação menor, a fim de observar e comprovar se este não possui mais serventia naquele acervo. Segundo Weitzel (2013, p. 58) “a rotina do processo de avaliação envolve planejamento, diagnóstico das coleções, aplicação de padrões e critérios, e controle de dados de uso, valor e qualidade, de um modo geral”.

Embora haja pequenas diferenças sobre o descarte de itens em cada biblioteca, todos os entrevistados afirmaram proceder de duas formas. A primeira de acordo com a natureza de entrada do item na biblioteca, isto é, se os itens não são patrimoniados e se os itens são patrimoniados. Para itens não patrimoniados, isto é, que ingressaram no acervo por doação de terceiros ou mediante a recursos de projeto que não exigem patrimoniamiento, é realizado o expurgo. Para os itens patrimoniados, isto é, aqueles que ingressaram na biblioteca mediante recursos da instituição (por exemplo, por meio de compra realizada pela universidade), são designados para descarte, guardados em caixas, salas, dentre outros. Isto se deve por estes itens patrimoniados pela instituição ainda não possuírem procedimentos que contemplem a realização do desfazimento destes itens para que o mesmo possa ser doado.

Em relação ao primeiro caso onde os itens não são patrimoniados, foram verificadas cinco formas possíveis de descarte utilizada pelas bibliotecas:

Quadro 9: Formas de descarte de itens não patrimoniados

Disponibilização de listas para outras bibliotecas da UFRJ	55,56%
Envio via Malote a bibliotecas da UFRJ de áreas correlatas sem o aviso prévio	33,33%
Doação a bibliotecas correlatas externas a UFRJ ou bibliotecas comunitárias	33,33%
Disponibilização na estante de “Pegue e Leve”	44,44%
Doação a catadores de papel e centros de reciclagem	11,11%

Fonte: o autor.

Na sexta pergunta da entrevista “Existe uma política de descarte redigida pela biblioteca?” se procurou verificar a existência de uma redação como diretriz para a realização dos descartes nas bibliotecas. A resposta da totalidade dos entrevistados, assim como na terceira pergunta, foi de que não havia a política de descartes da biblioteca redigida. Desta forma, os parâmetros para descarte ficam a cargo do entendimento que cada um dos entrevistados possui sobre seu acervo, e as diretrizes por eles entendidas do SiBI.

Quadro 10: Existência de política de descartes redigida pela biblioteca

Não	100%
Sim	0%

Fonte: o autor.

Na sétima pergunta da entrevista “em caso de o descarte acontecer por doação, a biblioteca tem o registro dos itens doados?”. Buscou-se verificar se os entrevistados possuíam os registros de quais itens haviam saído da biblioteca por doação. A necessidade de se ter esta relação se deve ao fato de que, um usuário que tenha conhecimento prévio de que determinada obra estava sob os cuidados de determinada biblioteca, possa ir procura-la para ter acesso ao mesmo. Se não há registro da saída do item por doação, se não é confeccionada esta listagem, se impossibilita que o usuário tenha acesso a essa informação e o faz sair da biblioteca perdido por não poder acessar a informação e nem identificar seu paradeiro.

Quadro 11: Existência de lista de itens com saída por doação

Não	33,33%
Sim	66,67%

Fonte: o autor.

Na oitava pergunta “no descarte feito por doação, a biblioteca tem o registro de para onde foram estes itens?”. Com essa pergunta procura-se saber se a biblioteca detém o registro do paradeiro da obra. No caso deste item ter sido doado, o usuário de posse da informação do paradeiro pode se dirigir a outra biblioteca para realizar sua consulta. A não confecção desta lista de doações resulta em uma obstrução no acesso a informação prejudicando a pesquisa e desenvolvimento do indivíduo e da comunidade atendida pela unidade de informação como um todo.

Quadro 12: Existência de lista com paradeiro dos itens doados

Não	55,56%
Sim	44,44%

Fonte: o autor.

Na nona pergunta “como foi feito o contato com a biblioteca receptora para a doação destes itens?”. Essa buscou conhecer os principais meios de comunicação entre a biblioteca doadora e a biblioteca receptora. Foram detectadas três variáveis entre os entrevistados. Em sua maioria o contato ocorria por e-mail somente; houveram também os casos em que a biblioteca, além do e-mail também realizou contato via telefone; na última ocorrência a biblioteca simplesmente enviava os itens para uma biblioteca receptora sem contato prévio.

Quadro 13: Formas de contato com a biblioteca receptora

Via e-mail	77,78%
Via telefone	22,22%
São enviados os itens sem que ocorra contato prévio	22,22%

Fonte: o autor.

Na décima pergunta “Houve uma análise prévia se as bibliotecas receptoras teriam as condições necessárias para receber e disponibilizar estes itens?”. O objetivo era saber se os bibliotecários têm preocupação com a disponibilidade do item para consulta, uma vez que este não integra mais seu acervo e que pode ocorrer de um usuário da sua biblioteca vir a procurar pelo item. Embora dois dos entrevistados (“A” e “E”) tenham manifestado saber previamente se item que está sendo enviado pode realmente incorporar o acervo da biblioteca receptora, foi consenso entre os entrevistados de que se ocupar com esta preocupação seria acrescentar tarefas para os já sobrecarregados bibliotecários devido a falta de recursos humanos nas bibliotecas.

Quadro 14: Existência de preocupação com a disponibilização do item na biblioteca receptora

Não	77,78%
Sim	22,22%

Fonte: o autor.

Na última pergunta da entrevista, “a biblioteca adota os procedimentos de desfazimento de bens antes de doá-los?”. O objetivo além de conhecer se os procedimentos de desfazimento de bens eram executados, foi saber se os entrevistados sabiam o que era desfazimento.

Foram verificados que apenas três entrevistados (“A”, “H” e “T”) sabiam realmente o que era desfazimento de bens embora quatro entrevistados tenham respondido que realizavam

o procedimento, associando o termo com a baixa no tombamento realizado com os itens recebidos por doação, caso dos entrevistados “B”, “C”, “E” e “G”.

Quadro 15: Tem conhecimento do que é desfazimento de bens

Não	66,67%
Sim	33,33%

Fonte: o autor.

Quadro 16: Adota os procedimentos de desfazimento de bens na biblioteca

Não	55,56%
Sim	44,44%

Fonte: o autor.

Por meio desta pesquisa realizada pode-se conhecer como o desenvolvimento de coleções, em especial a política de descartes é realizada nas bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UFRJ.

Pode-se constatar a necessidade de ampliação do quadro funcional das bibliotecas para que se possa atribuir a atenção devida ao processo de desenvolvimento de coleções. Outro fator sinalizado é a necessidade de desenvolvimento de normas e procedimentos instituídos pela instituição para a execução de ações relacionadas ao processo de desenvolvimento de coleções.

Os bibliotecários entrevistados buscam mediante as condições que a instituição de ensino lhes oferece desempenharem da melhor forma possível seu papel, estando a serviço da comunidade que cada uma das bibliotecas atende, em prol do desenvolvimento individual e da comunidade composta por alunos, professores, pesquisadores e membros da comunidade civil.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração deste trabalho pode-se verificar que o surgimento das universidades no mundo veio responder os anseios sociais por informação, uma vez que ficavam retidas no interior dos mosteiros e igrejas. Com a laicização do conhecimento e a abertura a pessoas externas a Igreja para os estudos, a produção de informação teve então um favorecimento rompendo aos poucos os grilhões que lhes prendiam à igreja.

Com a rápida expansão das universidades a produção informacional cresceu e os avanços científicos, jurídicos e filosóficos foram possibilitados e levados a sociedade como um todo. Viu-se também que esta expansão chegou à América Espanhola, mas não ao Brasil devido a conflito de interesses da metrópole que a regia. Mesmo com o fim da colônia e florescimento do império, não houve a criação de universidades. O processo inicial foi apenas de criação de faculdades pontuais a fim de servirem às necessidades do império. Com a queda do império e o nascimento da república, o Brasil ainda inicialmente não irrompe com a visão tecnicista dos positivistas que julgavam a universidade algo retrogrado (OLIVEIRA, 2011).

Diversas foram as tentativas posteriores de criação de universidades no Brasil no início do Século XX, porém todas fracassaram. A primeira a ser criada por meio de Lei foi a URJ que ainda se chamaria Universidade do Brasil antes de ser a UFRJ que é conhecida hoje. Este processo letárgico que assombrou a criação das universidades no Brasil fez com que as mesmas necessitassem avançar a passos largos, porém isto é refreado devido a cada vez maior ausência de recursos para a mesma, o que irá refletir nas bibliotecas universitárias (FIGUEIREDO, 1990; OLIVEIRA, 2011).

Foi visto na elaboração deste trabalho que as bibliotecas do seu surgimento na antiguidade até a contemporaneidade sofreram diversas mudanças de paradigmas, influenciados por fatores externos a elas. Ampliaram a lógica da acumulação, passando pelo ideal de disponibilização da informação até chegar ao paradigma atual do serviço à comunidade de forma coleta e solidária (LANKES, 2012).

Verificou-se também que para possibilitar um melhor serviço à comunidade que assiste faz-se necessário que as bibliotecas desenvolvam suas coleções, porém a consolidação de tal ideia é relativamente recente, datando de 1960 e, mais especificamente no Brasil, de 1982. Sendo assim, percebe-se que a área é ainda embrionária se comparada com outros conceitos já enraizados na Biblioteconomia, merecendo um olhar cuidadoso e atento para a temática de formação e desenvolvimento de coleções.

Outro ponto importante aqui abordado foi o desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias a partir da análise realizada nas bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais aplicadas da UFRJ. Percebe-se que, devido a entraves da própria estrutura organizacional da universidade, o desenvolvimento de coleções deve contemplar os diversos aspectos legais para o descarte de itens, os quais estão sendo esclarecidos para as bibliotecas.

Verificou-se a importância da política de descartes, parte integrante da política de desenvolvimento de coleções, como uma área que merece especial atenção devido ao fato de ser o momento de renovação da vida dos itens descartados em determinadas unidades de informação. Uma vez que não possuindo mais serventia para a unidade de informação, sua doação à outra unidade de informação possibilitará que uma nova comunidade se depare e seja impactada pelas informações contidas no item. Sendo assim, é importante que ao doar um item à outra biblioteca, uma série de procedimentos sejam adotados tais como: identificação e permanência na biblioteca cedente dos itens que serão/foram doados e identificação do paradeiro dos itens, isto é, para onde foram doados. Isso possibilitará ao usuário que busque pela informação na unidade cedente possa se dirigir a encontro da informação almejada na unidade receptora. Ao executar este serviço a biblioteca estará atendendo sua missão de estar a serviço da comunidade.

Por fim, encaminha-se como possibilidade de pesquisas futuras o desenvolvimento da proposta apresentada em outras áreas do conhecimento e contextos universitários. Outra possibilidade será o estudo de procedimentos legais que envolvem a formação e o desenvolvimento de coleções na administração pública federal.



## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Bem vindo ao XIX SNBU. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus. **Mensagem da comissão organizadora**. Manaus: SISTEBIB/UFAM, 2015?.

BOHRER, Iza N. et. al. A história das universidades: o despertar do conhecimento. In: JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 14., 2008, Santa Maria, RS. **Anais**. Santa Maria, RS: UNIFRA, 2008. Disponível em: < <http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/114.pdf> > . Acesso em: 11 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990. **Lei**. Brasília, DF: Casa Civil, 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/D99658.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D99658.htm) > . Acesso em: 10 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002. **Detalhamento das naturezas das despesas**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2002. Disponível em: < [https://www.convenios.gov.br/portal/arquivos/Port\\_448\\_2002.pdf](https://www.convenios.gov.br/portal/arquivos/Port_448_2002.pdf) > . Acesso em: 10 nov. 2015

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília, DF: INEP, Diretoria de Avaliação da Educação Superior, 2012. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Manual1.pdf> > . Acesso em: 10 nov. 2015

\_\_\_\_\_. **Nota técnica DAES/INEP Nº023/2015**. Brasília, DF: INEP, Diretoria de Avaliação da Educação Superior, 2015. Disponível em: < [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/legislacao\\_normas/2015/nota\\_tecnica\\_n023.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2015/nota_tecnica_n023.pdf) > . Acesso em: 10 nov. 2015.

CAMACHO, Thimoteo. A universidade pública no Brasil. **Revista de Sociologia**. Santiago de Chile, CL, n. 19, p. 100-133, 2005. Disponível em: < <http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/sociologia/articulos/19/1906-Camacho.pdf> > . Acesso em 11 jan. 2016

CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 11, n.6, dez. 2010. Disponível em: <[http://dgz.org.br/dez10/Art\\_07.htm](http://dgz.org.br/dez10/Art_07.htm)>. Acesso em: 28 out. 2015.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos:EDUFSCar, 2003.

DOURADO, Stella; ZATTAR, Marianna. Apresentação do comitê brasileiro de desenvolvimento de coleções. In: ENCONTRO REGIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, Sudeste I, 2014, Rio de Janeiro. **Apresentações**. Rio de Janeiro, SiBI/UF RJ, 2014. Disponível em: < [http://pt.slideshare.net/sibi\\_ufrj/apresentao-do-comit-brasileiro-de-desenvolvimento-de-colees-para-cbbu](http://pt.slideshare.net/sibi_ufrj/apresentao-do-comit-brasileiro-de-desenvolvimento-de-colees-para-cbbu) > . Acesso em: 24 fev. 2016.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Comissão Brasileira De Bibliotecas**

**Universitárias:** regimento interno. São Paulo: FEBAB, 2012. Disponível em: < <http://www.febab.org.br/cbbu/arquivos/pdf/CBBU-REGIMENTO.pdf> > . Acesso em 31 jan. 2016.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Metodologias para promoção do uso da informação:** técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas. São Paulo: Nobel: Associação Paulista de Bibliotecários, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Juliana da Silva. **Modelos de negócio na aquisição de e-books em bibliotecas universitárias:** um olhar para a literatura internacional. 2015. 70f. Monografia (Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LAMPERT, Ernâni N. A universidade: da idade média à época atual. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 8, p. 199-210, 1996. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/49>>. Acesso em: 21 Fev. 2016.

LANKES, R. David. **Expect more:** Demanding Better Libraries For Today's Complex World. Tradução de Jorge Prado. [s.l]: Createspace, 2012. Disponível em: <[http://quartz.syr.edu/blog/?page\\_id=8274](http://quartz.syr.edu/blog/?page_id=8274)>. Acesso em: 09 jan. 2016.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MACIEL, Alba Costa. **Instrumentos para gerenciamento de bibliotecas.** Niterói: EDUFF, 1995.

MATTOS, Ana Maria; DIAS, Eduardo José Wense. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias: uma abordagem quantitativa. **Perspectivas em Ciência da Informação.** Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 38-60, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/214/634>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

MIRANDA, Ana Claudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação.** Campinas, v. 4, n. 2, p.01-19, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/367/246>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de. **A casa de Minerva:** entre a ilha e o palácio – os discursos sobre os lugares como metáfora da identidade institucional. 2011. 330f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ORAÇÃO DA PAZ. Normandia, FR: s.n., 1913.

PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Encontro**. João Pessoa: ENANCIB, 2009. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3285/2411>>. Acesso em: 30 set. 2015

PONTES, Samantha Eunice de M. M. SiBI/UFRJ formaliza política de compra e uso. **Revista CRB7**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 8, p. 16,17, dez. 2014.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers Servilos Editoriais, 2010.

SANTOS, Josiel Machado. O Processo Evolutivo das Bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237/235>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1., 1978, Niterói. **Anais**. Niterói: UFF; Núcleo de Documentação, 1979. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me001624.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2015.

SIMÕES, Maria Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 136-152, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/view/17783>>. Acesso em 11 jan. 2016.

SOUSA FILHO, A. O ideal de universidade e sua missão. In: Jaqueline Moll; Palmira Sevegnani. (Org.). **Universidade e Mundo do Trabalho**. 1 ed. Brasília-DF: INEP, 2006, v. 3, p. 173-184. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index\\_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS\\_PDF/O%20ideal%20de%20universidade.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/O%20ideal%20de%20universidade.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **História**. Rio de Janeiro, [201-a]. Disponível em: <[http://www.ufrj.br/pr/conteudo\\_pr.php?sigla=HISTORIA](http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA)>. Acesso em: 7 maio 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Missão**. Rio de Janeiro, [201-b]. Disponível em: <[http://www.ufrj.br/pr/conteudo\\_pr.php?sigla=AUFRJMISSAO](http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=AUFRJMISSAO)>. Acesso em: 7 maio 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Histórico**. Rio de Janeiro, [201-c]. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/historico.htm>>. Acesso em: 7 maio 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Organograma**. Rio de Janeiro, [200-d]. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/organograma.htm>>. Acesso em: 7 maio 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Sobre o SiBI**. Rio de Janeiro, [201-e]. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/sobre-o-sibi.htm>>. Acesso em: 7 maio 2015.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de Coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 22, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 1993.

\_\_\_\_\_. **Seleção de materiais de Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

\_\_\_\_\_. **Seleção de materiais de Informação**. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2010.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/414/227>>. Acesso em: 5 abr. 2015

\_\_\_\_\_. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Apresentações**. João Pessoa: ENANCIB, 2009. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3285/2411>>. Acesso em: 16 de dez. 2015.

## **APÊNDICE A – ENTREVISTA COM AS BIBLIOTECAS QUE COMPÕEM O CAMPO DE PESQUISA**

Este trabalho visa analisar as políticas de descarte no desenvolvimento de coleções em bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para um conhecimento mais aprofundado de como o assunto é tratado nas bibliotecas integrantes do campo de pesquisa, e saber como os bibliotecários que gerem as mesmas pensam sobre o assunto, esta entrevista foi concebida buscando coletar estes dados a fim de que se possa chegar a conclusões sobre o assunto.

- 1 O que você entende por política de desenvolvimento de coleções?
- 2 O desenvolvimento de coleções é feito de forma específica na unidade de informação?
- 3 A biblioteca possui sua política de desenvolvimento de coleções própria e redigida ou fica apenas no plano verbal e consensual?
- 4 Há um estudo periódico da comunidade atendida pela biblioteca?
- 5 Como é feito o descarte de itens pela biblioteca?
- 6 Existe uma política de descarte redigida pela biblioteca?
- 7 Em caso de o descarte acontecer por doação, a biblioteca tem o registro dos itens doados?
- 8 No descarte feito por doação, a biblioteca tem o registro de para onde foram estes itens?
- 9 Como foi feito o contato com a biblioteca receptora para a doação destes itens?
- 10 Houve uma análise prévia se as bibliotecas receptoras teriam as condições necessárias para receber e disponibilizar estes itens?
- 11 A biblioteca adota os procedimentos de desfazimento de bens antes de doá-los?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Grupo a ser pesquisado:** Gestores das bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Você está sendo convidado(a) a participar como colaborador(a) da pesquisa “**da doação à incorporação em outro acervo: uma análise da política de doações nas bibliotecas de ciências humanas e sociais aplicadas da universidade federal do rio de janeiro**”

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/ Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG)

E-mail de contato: [comissaotcc.cbg@gmail.com](mailto:comissaotcc.cbg@gmail.com)

Orientadora: Professora M.e. Marianna Zattar

Coorientadora: Bibliotecária M.e. Érica Resende

Orientando: Raphael Peixoto da Rocha

### 1 OBJETIVO DA PESQUISA

Analisar as políticas de descarte no desenvolvimento de coleções em bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### 2 EXPLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

Os procedimentos metodológicos utilizados para a execução deste trabalho contemplam o método de pesquisa exploratória. A partir disso será realizado um levantamento bibliográfico necessário para se analisar como a doação é tratada como etapa do

desenvolvimento de coleções dentro da literatura científica nacional. E, além da pesquisa bibliográfica, será procedida também a pesquisa documental. A utilização da pesquisa documental se faz necessária para que se possa analisar os documentos pertinentes a política de desenvolvimento de coleções adotadas nas bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Por fim, será utilizado um estudo de caso, visto que este possibilita a investigação efetiva de como é tratada a doação de materiais nas bibliotecas supracitadas.

### **3 POSSÍVEIS RISCOS E DESCONFORTOS**

Os procedimentos envolvidos neste estudo não devem proporcionar desconfortos ou riscos ao respondente. Tampouco proporcionará exposição de ideias e fatos não desejados.

### **4 DIREITO DE DESISTÊNCIA**

O respondente poderá desistir, a qualquer momento, de participar do estudo, não havendo qualquer consequência decorrente dessa decisão.

### **5 SIGILO**

Todas as informações obtidas no estudo poderão ser publicadas com finalidade exclusivamente acadêmica. E será preservado o completo anonimato da identidade do respondente (nenhum nome será identificado em qualquer material divulgado sobre o estudo).

### **6 TERMO DE CONSENTIMENTO COMO SUJEITO DA PESQUISA**

Eu, \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_, declaro ciência das informações acima com os devidos esclarecimentos das minhas dúvidas. Sendo assim, por este instrumento, tomo parte, voluntariamente, do presente estudo.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante